

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE**

**MULHERES ASSENTADAS: DA INVISIBILIDADE AO
PROTAGONISMO**

DANIELE TORRES ARO

**ARARAQUARA – SP
2012**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE**

**MULHERES ASSENTADAS: DA INVISIBILIDADE AO
PROTAGONISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Desenvolvimento Regional
e Meio Ambiente do Centro
Universitário de Araraquara – UNIARA
– como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre

*Orientadora: Dra Vera Lúcia Silveira
Ferrante Botta*

**ARARAQUARA – SP
2012**

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: Daniele Torres Aro

TÍTULO DO TRABALHO: Mulheres Assentadas: da Invisibilidade ao protagonismo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Vera Lúcia S. Botta Ferrante
UNIARA - Araraquara



Prof. Dr. Luiz M. M. Camargo Almeida
UNIARA - Araraquara



Prof. Dr. Luis Antonio Barone
UNESP – Presidente Prudente

À Deus;

À minha família de sangue e de fé;

Agradecimentos

Agradeço a Deus por tudo o que fez, tens feito e vais fazer em minha vida, pois foi meu sustento e minha motivação.

A minha eterna gratidão a Marli, minha mãe, por fazer companhia em meu voo, mesmo tendo muito medo de altura. Mulher, mãe, amiga e companheira.

Escrevo com imensa alegria sobre a minha orientadora e “mãe” Profa Vera Botta, por ter me auxiliado nesta jornada e por ter tornado tudo possível. Gratidão eterna.

Aos professores Luiz Manoel e Barone o imenso privilegio de tê-los como banca. As “meninas da secretaria” (Ivani, Silvinha, Fer e Lú), por ter me ajudado em todas as horas, principalmente nas horas de choros e desesperos.

A equipe que me acolheu como integrante, companheira de pesquisa e amiga, NUPEDOR meu imenso OBRIGADO, com vocês aprendi que lutar por algo que acreditamos, é possível. A multidisciplinaridade fez com que chegássemos em uma UNIDADE.

Sou especialmente grata a duas amigas e parceiras enviadas por Deus, que me estimularam quando senti que não seria capaz, “as migas” Queli e Adriana. Obrigado por secarem as minhas lágrimas e dar o colo amigo nas minhas crises. Amo vocês.

Sou grata a muitas pessoas, mas descreva-las aqui seria impossível, pois não conseguirei contemplar a totalidade.

Simplesmente grata.

Resumo

As mulheres saíram para trabalhar fora assumindo a jornada dupla, ficando para elas a incumbência dos saberes da casa, os afazeres domésticos e de cuidar dos filhos sozinhas. O estudo investiga a divisão sexual do trabalho no interior das famílias, as funções atribuídas às mulheres em seu trabalho na casa, quintais, nos lotes, ressaltando-se que as estatísticas subestimam a participação das mulheres, as tornam invisíveis. O trabalho teve como objetivo acompanhar e analisar a divisão sexual do trabalho nos assentamentos rurais, dando ênfase aos lugares ocupados por mulheres no autoconsumo, nas atividades de agroindustrialização familiar, ressaltando a importância da mulher assentada na segurança alimentar. A metodologia utilizada foi o diário de campo e questionários quali-quantitativos do projeto INCRA/UNIARA. A pesquisa constatou que as mulheres cuidam da reprodução da família e participam das atividades agrícolas de pequeno porte, geralmente associadas ao abastecimento alimentar. Atividades secundárias a elas são do tipo mão-de-obra reserva para atividades que demandam mais trabalho na roça, como nas colheitas e plantios. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social “convencional”, na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica.

Palavras-chave

violência simbólica

diário de campo

agroindustrialização familiar

divisão sexual do trabalho

Abstract

The women went to work outside taking double shifts, getting them to the task of knowledge of the home, housework and caring for children alone. The study investigates the sexual division of labor within families, the roles assigned to women in his work at home, backyards, in batches, pointing out that statistics underestimate the participation of women, make them invisible.

The study aimed to monitor and analyze the sexual division of labor in rural settlements, emphasizing the seats held by women in consumption, industrialization of family activities, stressing the importance of women seated on food security. The methodology used was the field diary and questionnaires qualitative and quantitative project INCRA / UNIARA. The survey found that women take care of household reproduction and participate in agricultural activities of small, usually associated with the food supply.

Activities they are secondary to the type of hand-labor reserve for activities that require more work in the fields, as the crops and plantations. From this point of view, gender relations acquire power hierarchies that reflect the social structure "conventional", in which man is always in a position superior to women, thereby reproducing a situation of symbolic violence.

Palavras-Chave:

symbolic violence

a field journal

agroindustrialization family

sexual division of labor

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: TRAJETÓRIAS	9
• A pesquisadora.....	9
• O NUPEDOR.....	11
INTRODUÇÃO	13
• Justificativa	14
• Objetivos da Pesquisa	17
o Objetivo geral.....	17
o Objetivos específicos.....	17
• Hipóteses da Pesquisa	18
• Caminhos da pesquisa: metodologia.....	19
o Apresentação de técnicas de pesquisa	20
✓ Diário de campo	20
✓ Formulário sobre segurança alimentar.....	22
✓ Questionário quanti-qualitativo do Projeto INCRA/UNIARA.....	23
1.UM BALANÇO DOS CAMPOS TEMÁTICOS DA INVESTIGAÇÃO.....	25
• Um breve histórico da invisibilidade feminina no meio rural.....	25
• Mulheres em movimento ou movimentos de mulheres	27
• A atribuição de trabalho improdutivo e a conquista de novos lugares	31
• A situação legal: a difícil constituição da produtora rural.....	33
• Patriarcalismo e sexismo	39
• Mulheres na produção para o autoconsumo e segurança alimentar.....	42
2.O ESPAÇO INVESTIGADO E LUGARES DAS MULHERES	45
• Assentamentos da região de Araraquara	45
• Assentamento Monte Alegre: a contextualização do espaço de investigação.....	49
• Perfil das protagonistas: alguns retratos e fragmentos de vida.....	54
o Dona Maria de Lourdes – uma das pioneiras da resistência.	54
o Jiseli – A nova geração de empreendedora.....	55
o Dona Anésia – O desafio de ser uma produtora familiar	57
o Dona Maria – Uma liderança política	59
3.PAPÉIS DAS MULHERES ASSENTADAS: EXPRESSÕES DIFERENCIADAS ..	61

• Segurança alimentar e nutricional: a reconstrução dos indicadores	61
○ No trabalho e nos conhecimentos herdados, o despertar de um protagonismo	62
✓ A busca maior do conhecimento	67
○ No autoconsumo e na diversificação agrícola: o que dizem os dados	69
✓ Reações contrárias às parcerias o que elas nos revelam	71
✓ Mulheres, criações e meio ambiente	73
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
5.REFERÊNCIAS	85
ANEXO	93
• Roteiro para pesquisa projeto INCRA/UNIARA	93
• Rótulo	126

APRESENTAÇÃO: TRAJETÓRIAS

- **A pesquisadora**

Formada em 2006 em medicina veterinária, aproximei-me do mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente buscando perspectivas de melhorias profissionais e pessoais. A partir de uma oportunidade de inserção no Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR¹) grupo que estuda assentamentos rurais há mais de 20 anos, anteriormente no interior da UNESP e agora no âmbito da Uniara, iniciou-se minha identificação com o tema e a pesquisa. Esse grupo formado por diversos profissionais da área de Humanas veio a ser fundamental para uma formação diferenciada, na origem sociológica, mas tendente a uma abordagem interdisciplinar, devido ao entendimento das relações e interferências do meio social. Sendo assim, a minha formação e a experiência tecnicista foram reformuladas e aprimoradas com o aprendizado vivido com este grupo.

O acompanhamento de idas a campos nos assentamentos rurais da região de Araraquara se tornou frequente, a partir do NUPEDOR que já havia trabalhado em diversos projetos financiados pelo CNPq e outros. Mais especificamente acompanhei e acompanho os projetos de pesquisa: **Relações de Gênero e iniciativas de outro modelo de desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais (CNPq, 2009-2010)** e **Assentamentos Rurais x Desenvolvimento: integração, diversificações, contrapontos e complementaridades (CNPq, 2010-2015)**². A partir dos projetos de pesquisa e estudos desenvolvidos pelo NUPEDOR junto a assentamentos rurais, pude ir observando no

¹ O Núcleo é responsável pela publicação Retratos de Assentamentos, cuja primeira edição é de 1994 e hoje se encontra em seu 15º número. O grupo possui três projetos em andamento, ressaltando o Projeto Relações de Gênero e iniciativas de outro modelo de desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais (2009-2010).

² Todos os projetos coordenados pela Profa. Dra Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.

interior das famílias assentadas, o papel da mulher em diferentes dimensões da vida social. A partir desses trabalhos escolhi meu recorte de pesquisa, pelo envolvimento com as questões da reforma agrária, bem como dos assentamentos e da agricultura familiar.

A inserção no mestrado foi decorrência desta aproximação. Meu ante-projeto era estudar as criações de animais em assentamentos, mas em decorrência do conhecimento adquirido em idas a campo com os integrantes do grupo, bem como das discussões em reuniões com a Profa. Dra Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³, o meu interesse não ficou somente limitado aos animais, mas estendeu-se a outras questões sobre o tema: quem cuida desses animais? Essas mulheres têm o entendimento da sua importância? Por que elas não são percebidas? Assim o meu recorte e meu projeto de estudo se encaminharam para estudar as relações de gênero e a invisibilidade da participação das mulheres, o que muitas vezes, acaba por ocultar a importância de sua atuação na produção e reprodução social.

Em convite feito pelo Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida realizei entrevistas com mulheres nos assentamentos da região de Araraquara, onde observei o papel das assentadas em oferecer um alimento diversificado e de qualidade, ou seja, sua contribuição para a segurança alimentar já que são as mulheres detentoras de saberes tradicionais, principalmente sobre culinária.

O NUPEDOR/ Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente/ Uniara depois de um processo licitatório com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), passou a desenvolver em 2011 um projeto de pesquisa: “Diagnóstico regional com o objetivo de identificar as vocações e as potencialidades das regiões e dos sistemas produtivos nas quais os projetos de assentamentos e quilombolas estão inseridos⁴”, o qual me permitiu inserir no objeto questões ligadas à capacitação dos trabalhadores rurais. As capacitações são realizadas, muitas vezes, para atender às necessidades dos homens e têm

³ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (1966), e defendeu livre docência na UNESP (1992). Atualmente é coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e do PIBIC/CNPq/UNIARA do Centro Universitário de Araraquara.

⁴ Esse projeto tem a abrangência o Estado de São Paulo e conta com uma equipe multidisciplinar para a pesquisa, capacitação e informação. A minha inserção e participação no projeto UNIARA/INCRA (como ficou conhecido) foi como pesquisadora de campo e também trabalhando nas capacitações.

ressaltado o demérito do trabalho da mulher no lote. No caso do contexto, a discriminação com relação às mulheres, em se tratando da capacitação, foi reiterada.

A capacitação inicialmente trabalhada foi para a questão do leite, mais especificamente “Curso de Capacitação na Bovinocultura Leiteira – Melhorando a ordenha e Controlando a acidez do leite” dirigida prioritariamente para homens, mas sempre com presença significativa de mulheres. A participação nas capacitações ampliou e, de certa forma, aprofundou o recorte da dissertação.

A partir da experiência percorrida, escolhi como objetivo analisar, em profundidade, mulheres assentadas da região de Araraquara, especificamente a divisão do trabalho seu papel, na segurança alimentar atrelado com o autoconsumo e outros assumidos pelas mulheres, o que, em síntese, reflete uma continuidade de preocupações analíticas do grupo de pesquisa ao qual estou ligada. Por outro lado pude acrescentar as tais preocupações, minha experiência na relação com os animais e com os recursos naturais, o que representou uma ganho de mão dupla.

- **O NUPEDOR**

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) foi formado em 1989 por um grupo de pesquisadores da FCL/Unesp – Campus de Araraquara. Unia-os a preocupação comum no estudo dos processos sociais agrários complexos que se desenvolvem no Estado de São Paulo. Nesta trajetória de muitos anos, o NUPEDOR, sempre sob a liderança da Profa. Dra. Vera Lúcia S. Botta Ferrante, capitaneou importantes pesquisas acerca dos assentamentos rurais paulistas, como o primeiro censo de assentamentos realizado no Estado.

Desde 2003, o NUPEDOR passou a ter sua sede junto ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

O Núcleo também é responsável pela publicação Retratos de Assentamentos, cuja primeira edição é de 1994 e hoje se encontra em seu 15º número. Este periódico especializado tem se debruçado sobre as diferentes dimensões do rural buscando, dessa forma, explicitar exatamente a multidimensionalidade da realidade.

Desde muito cedo, o NUPEDOR tem se associado a outros grupos de pesquisa e instituições, no intuito de ampliar a rede de intercâmbio e o alcance empírico de suas análises. Destacam-se, neste sentido, as parcerias com o ITESP, o INCRA e o NEAD/MDA, bem como os trabalhos de pesquisa conjunta com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular (GEPEP), da FCT/Unesp – campus de Presidente Prudente. Além desses grupos, o NUPEDOR cultiva um profícuo diálogo com a Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp, com a qual intercala a realização de eventos acadêmicos especializados nos estudos sobre reforma agrária.

Sua rede de intercâmbio, no entanto, não se esgota por aí, sendo um grupo de pesquisa que se faz presente nos mais importantes fóruns acadêmicos que discutem as linhas da pesquisa social no rural brasileiro. A produção do NUPEDOR é referência nacional na produção voltada à temática dos assentamentos rurais.

INTRODUÇÃO

As mulheres saíram para trabalhar fora assumindo a jornada dupla, ficando para ela a incumbência dos saberes da casa, os afazeres domésticos e de cuidar dos filhos sozinhas.

Mais especificamente, o estudo investiga a divisão sexual do trabalho no interior das famílias, as funções atribuídas às mulheres em seu trabalho na casa, quintais, nos lotes, ressaltando-se que as estatísticas subestimam a participação das mulheres. Só muito recentemente, a PNAD/IBGE passou a registrar, em suas cifras, os afazeres domésticos. Há, em geral, subestimação da participação das mulheres na agricultura, bem como da sua contribuição para a produção de subsistência e das atribuições em relação ao meio ambiente, geralmente associadas a princípios agroecológicos. E também e não menos importante, analisar como estão sendo oferecidos os cursos de capacitações, qual a participação das mulheres nestes cursos e quais as melhores formas de se fornecer a informação, que muitas vezes já chega estereotipada, ressaltada a reprodução do machismo do mundo rural e do urbano também. As capacitações com enfoque produtivo agrícola ou não agrícola, ou seja, os espaços de conhecimento são normalmente ocupados por homens e o presente estudo pretende discutir a participação das mulheres nesses espaços tão naturalizados pela participação quase exclusiva dos homens.

As pesquisas qualitativas desenvolvidas pelo NUPEDOR têm mostrado que o trabalho das mulheres é voltado à satisfação das necessidades familiares. Essa participação tem favorecido a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra, como consorciamentos, adubação orgânica, integração animal/vegetal, rotação de pastagens, dentre outras, que ocupam pequenos espaços. Estes trabalhos são considerados inferiores e/ou não são valorizados. As pesquisas do NUPEDOR têm ressaltado a externalidade do papel das mulheres em questões fundamentais de reprodução social, como por exemplo, a alimentação, valorizando igualmente seu papel na produção.

A alimentação da família envolve tanto uma cesta alimentar diversificada como a preocupação de ingerir alimentos “naturais”, levando-se em conta o bem-estar da família atingindo a esfera nutricional e a satisfação do gosto e das preferências alimentares. Com isso, a mulher traz para dentro de casa os amidos, as vitaminas, os sais minerais e mesmo proteínas

animais, advindos das pequenas criações das quais toma conta. Essa relação com a terra pode ser considerada de afetividade, da qual surgem os quintais domésticos.

As mulheres também são detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédios caseiros e orações para proteção da família e do homem, ou seja, uma outra dimensão considerada invisível. Além disso, são elas que educam os filhos, têm maior convivência com eles principalmente nos primeiros anos de vida, retransmitindo seus conhecimentos e sendo, portanto, incumbidas da reprodução social. Seu trabalho é, portanto, responsável pela construção dos lugares, da moradia, da alimentação, dos cuidados com os animais, dos referenciais básicos dos assentamentos, o que vai ser analisado a partir do acompanhamento de algumas mulheres assentadas.

- **Justificativa**

Em primeiro lugar está à possibilidade de dar continuidade ao ciclo de estudos do NUPEDOR, com ênfase na mulher nas relações de gênero, analisando-a no âmbito da família rural e suas práticas agrícolas. Estudos do grupo têm demonstrado que a questão do trabalho feminino no conjunto dos dados agropecuários é repleta de invisibilidades. O trabalho das mulheres rurais está associado ao bom estado nutricional das famílias, pois elas cuidam da produção da alimentação (de atividades agrícolas às culinárias). Porém, as mulheres também podem obter renda quando produzem e comercializam, ou quando tem emprego fora do sítio, o que muitas vezes as levam a priorizar essa obtenção de renda ao invés do trabalho no lote. Mas vale a ressalva de que o trabalho delas é importante, independentemente de gerar ou não renda. Mesmo quando possuem fontes de renda, elas tendem a aplicar o dinheiro ganho em produtos para a família, para o estado nutricional dos filhos, por exemplo, enquanto os homens muitas vezes gastam em despesas pessoais. Quando trabalham apenas no lote como um todo, elas são responsáveis pela horta, cuidado de pequenos animais e, ainda mais, são

responsáveis por trabalhos que não aparecem, como por exemplo: alimentar os animais, abrir buracos para plantar, dentre outros trabalhos considerados como ajuda.

O estudo publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006) constatou que a questão do trabalho feminino em atividades agropecuárias, é repleto de invisibilidades. A invisibilidade do trabalho feminino se expressa inicialmente no fato das mulheres trabalharem sem remuneração. Cerca de 40% das mulheres que trabalhavam em atividades agropecuárias não usufruíram do *status* de trabalhadoras, porque têm jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e/ou são ocupadas nas atividades de autoconsumo, porque não declaram as horas dedicadas, por exemplo, aos cuidados com a criação, com a fruticultura/horticultura (essas duas categorias não contavam como trabalho propriamente dito pelo PNAD/IBGE). Suas atividades agropecuárias e não agropecuárias são ligadas à reprodução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado como sendo verdadeiramente o trabalho da mulher e esse entendimento também acontece no meio rural. Mesmo que exerça tais atividades, há uma tendência de que sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias seja reduzida ou secundária. Depois de suas obrigações domésticas ela ajuda ao homem. Nesse ponto, a invisibilidade pode se dar pela interiorização da diferença pela mulher rural. Ela tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa e mãe. Assim, ela mesma subestima sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias.

Mas, é fundamental reconhecer a identidade feminina, o direito e o prazer de gestar e amamentar e suas condições biológicas específicas, não como fatores de discriminação e exclusão, mas como condições essenciais, que devem ser respeitadas pelo mundo do trabalho (BRITO e D'ACRI, 2010). Pois vale ressaltar a importância da mulher, desde suas características fisiológicas, sua importância na composição familiar e no gerenciamento da alimentação familiar.

Segundo dados dessa pesquisa do MDA (BRASIL, 2006) mencionada anteriormente, as atividades de autoconsumo ocupam cerca de 40% do total da ocupação feminina e 8,9% da mão-de-obra masculina na agropecuária. “Em 2004 dedicaram-se à atividade de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% de homens. Portanto, são atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano” (BRASIL, 2006). Considerando-se a importância do autoconsumo no meio rural, pelo fato de que se trabalha

sem remuneração e mesmo assim se tem acesso ao alimento, diferentemente da cidade, conclui-se que realmente se trata de uma questão importante envolta em invisibilidades.

Durante séculos, no que se refere à sociedade ocidental, elas simplesmente não “aparecem” na história. Acreditamos, entretanto, que esse ocultamento nada tem de “natural”, mas é tecido cotidianamente na teia de representações sociais que informam e valoram os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres (KUHN, 2010).

No sentido de rompimento com essa “invisibilidade”, as lutas do movimento feminista, a partir da década de 1960 e 1980, contribuíram de maneira importante para a “inclusão” das mulheres como objeto e sujeito da história, afirma Sohiet (1997). Segundo a autora com a “grande reviravolta da história”, um processo de pluralização dos objetos da investigação histórica, em seu bojo, alçou as mulheres à condição de “objeto e sujeito da história”, sendo esta tarefa assumida preferencialmente por historiadoras e historiadores adeptos da história cultural “preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, pessoas comuns”.

Sem fazer deste movimento o eixo central desta dissertação, este estudo volta-se à análise do universo das mulheres assentadas.

O trabalho em atividades de autoconsumo é também atividade agropecuária e por isso abrange a esfera produtiva, mesmo sem gerar renda monetarizada, o que foi o que não exclui. Nas propriedades familiares rurais é mais difícil separar o que é trabalho doméstico do que seria trabalho produtivo em relação à cidade, pois o trabalho e a moradia se encontram no mesmo local. O trabalho é considerado doméstico se é atribuição da mulher. Se ela vai para a roça com o marido, é produtivo, ainda que permaneça fortemente o caráter de ajuda. Se cuida da horta e das galinhas sozinha é trabalho doméstico e leve. Se são os homens que se encarregam desses cuidados é trabalho produtivo. Cria-se uma falsa oposição entre trabalho doméstico e produtivo.

Minha dissertação não vai tomar como critério prioritário a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, porque a mesma se expressa em uma hierarquização muitas vezes utilizada para subestimar os papéis das mulheres e estigmatizar sua relação com a produção e reprodução social. O estudo reforça o princípio de que as mulheres estão presentes na esfera da produção e da reprodução, embora esta presença enfrente preconceitos e discriminações.

É preciso lembrar que embora a produção de estatísticas oficiais sobre as mulheres rurais se constitua em ferramenta essencial para elaborar políticas públicas, só recentemente elas se materializaram. A presente pesquisa propõe-se a ser uma pequena tentativa de compreender e valorizar os papéis das mulheres em experiências de assentamentos da Reforma Agrária.

- **Objetivos da Pesquisa**

- **Objetivo geral**

- ✓ Acompanhar e analisar a divisão sexual do trabalho nos assentamentos rurais, tomando-se a família como unidade básica de investigação, dando ênfase aos lugares ocupados por mulheres no autoconsumo, nas atividades de agroindustrialização familiar, ressaltando a importância da mulher assentada na segurança alimentar.

- **Objetivos específicos**

- ✓ Discutir a participação das mulheres na agricultura familiar e a sua participação nas decisões tomadas dentro e fora do lote.

- ✓ Analisar e caracterizar a importância da mulher no trabalho sem remuneração e para o autoconsumo familiar, ressaltando a sua responsabilidade e preocupações na diversidade de alimentos oriundos de seu quintal e sua atuação na segurança alimentar.
- ✓ Verificar a atuação das mulheres assentadas na reprodução de seu conhecimento, e suas práticas menos agressivas ao meio ambiente.

- **Hipóteses da Pesquisa**

1. Há forte marca do peso da família patriarcal na construção da sociedade rural. As mulheres trabalham nas roças, hortas, quintais e com os animais, mas essas tarefas são caracterizadas como complementares e vistas como uma ajuda para a família. Daí os estereótipos que caracterizam o lugar inferior da mulher na sociedade ainda marcar fortemente o meio rural.
2. A crescente participação de mulheres como chefes de família no meio rural também como titulares (conjunta ou não) não muda substancialmente a esfera de decisões quanto à produção no lote e os rumos da comercialização (atividades produtivas atribuídas ao poder masculino).
3. A forte presença do trabalho para autoconsumo camufla para as próprias trabalhadoras a extensão de sua jornada. As atividades na horta e no quintal aparentemente são percebidas pelas mulheres como um complemento de sua atividade de provedora do lar e não como uma atividade produtiva, embora o crescimento da jornada de trabalho na horticultura e pecuária indique que há uma tendência à mercantilização dessas atividades e à diversificação de produção, podendo interferir na constituição de um outro modelo de desenvolvimento rural para os assentamentos.

4. A reprodução da invisibilidade do trabalho da mulher, seja ele produtivo e reprodutivo, enraíza a desigualdade de gênero e dificulta o rompimento ou questionamento ou retarda o apontamento de superação dessa desigualdade.

- **Caminhos da pesquisa: metodologia**

A pesquisa tem como sujeitos de investigação mulheres assentadas com diferentes estruturas familiares e diversidades na situação de produção/reprodução rural.

Sobre as diversidades da reprodução/produção rural a pesquisa procurou entender o trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres assentadas de diferentes arranjos familiares. A partir disso procurou-se desvendar a diversidade dos trabalhos realizados pelas mulheres, que por motivos de constituição e reprodução da sociedade patriarcal são ocultados.

As mulheres realizam grande parte, ou ainda a maioria dos trabalhos, nas cadeias produtivas no lote, porém estes são considerados mera ajuda, conforme podemos analisar pelas falas das assentadas que se colheu em campo.

Em síntese, o tema desta pesquisa envolve a análise do trabalho das mulheres assentadas: na casa, no lote, com os animais, tomando por princípio que as desigualdades de gênero ainda estão fortemente presentes, apesar das conquistas e de avanços das políticas públicas dirigidas às produtoras rurais.

Os passos dados na pesquisa foram à busca de um maior aprofundamento teórico e levantamento de campo, descritos a seguir:

1. Revisão e análise dos diários de campo descritos pelo NUPEDOR (2009 - atual): descrevem o cotidiano e as participações das mulheres nos assentamentos,

sintetizando alguns depoimentos, desenvolvimento de organizações produtivas, bem como as capacitações de gênero oferecidas pelo grupo.

2. Aplicação e tabulação de formulários de questões de múltiplas alternativas: nos assentamentos da região de Araraquara, vinculado ao projeto em andamento da Universidade Federal de Goiás coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida de caracterização do assentamento em termos de segurança alimentar e de participação das mulheres no sistema produtivo.
3. Realização de entrevistas e registros em cadernos de campo com mulheres assentadas em diferentes dimensões relações sociais.
4. Sistematização dos dados e informações quanti-qualitativos dos relatórios do projeto da UNIARA/INCRA – 2011.

- **Apresentação de técnicas de pesquisa**

- ✓ **Diário de campo**

Tomando como base a Sociologia e a História, ambas desenvolveram uma série de metodologias de pesquisa cujo objetivo é investigar a realidade social. A entrevista tem importância fundamental e pode ser considerada uma das mais importantes técnicas de

pesquisa social. Portanto o projeto terá como metodologia a pesquisa qualitativa: entrevistas, se aproveitam no bom sentido de dados quanti - qualitativos decorrentes de pesquisas e de projetos em andamento do NUPEDOR. Foram feitas entrevistas com mulheres (roteiro em anexo) com a observação participante para acompanhar o cotidiano dessas mulheres (ver como é seu dia a dia, quais tarefas realizam em casa, como é o trabalho fora...) com registro em diários de campo. Foram igualmente utilizadas fotografias desses vários aspectos da situação de vida das mulheres e do viver em assentamentos.

Esta técnica de pesquisa que tem possibilitado, neste ciclo de pesquisa, a obtenção de dados etnográficos e significativamente relevantes é comumente chamada diário de campo. Na verdade, é um pequeno caderno de bolso, que nos acompanha no trabalho de campo e no qual são registradas passagens das visitas às famílias assentadas rurais. Nesse diário, são colocadas rapidamente as passagens de uma visita a uma família, de forma que tais registros possibilitem, em momentos posteriores ao trabalho de campo, o rememorar as situações, quando passamos a descrevê-las com mais detalhes e a ligá-las a outros fatos. Esse trabalho de montagem convencionou-se chamar de Cadernos de Campo, como um produto final de um dia de trabalho de campo no qual todo grupo participa e discute do planejamento à coleta das informações. Conforme expresso em Whitaker (2002) e em Ferrante (2004), além de outros artigos publicados na revista Retratos de Assentamentos, na trajetória de pesquisa do NUPEDOR essa técnica sempre foi priorizada para a coleta de informações.

Muito utilizado por pesquisadores, principalmente no campo da Antropologia, o diário de campo pode ser útil para ilustrar passagens de textos com referências empíricas claras sobre aquilo que se estuda, como também pode ser um meio de se fazer registros sobre os objetos de estudo, em momentos em que não necessariamente se está em campo (momentos em que a memória sobre aquilo é ativada).

Em suma, é uma técnica de pesquisa que dá liberdade quanto à forma e conteúdo, bem como pode dar a conhecer ao pesquisador ele mesmo diante de seu trabalho. Antes de ser algo de cunho meramente pessoal, sem relevância para o trabalho em si, é uma técnica que permite aos pesquisadores escrever sobre seus objetos de pesquisa e revisar seus preconceitos inerentes, quando se trata de alguém que sai do conforto de seu meio social que lhe é mais familiar e inclui o próprio mundo acadêmico e adentra ao universo empírico do “desconhecido”.

✓ **Formulário sobre segurança alimentar:**

Utilizou-se para analisar a importância dos alimentos produzidos pelas mulheres um formulário⁵ que faz parte do projeto desenvolvido pelo Prof. Luiz Manoel junto a Universidade Federal de Goiás.

O formulário consiste em questões de múltiplas alternativas, das quais 15 são questões centrais fechadas (resposta sim ou não), seguidas de uma pergunta sobre a frequência do evento afirmativo. As questões fechadas abordam a experiência de insuficiência alimentar nos últimos três meses, em seus diversos níveis de intensidade, desde a preocupação de que a comida possa vir a faltar até a vivência de passar todo um dia sem comer, permitindo classificar a família na Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar - EBIA.

Os formulários foram realizados com as mulheres assentadas dos Assentamentos Bela Vista do Chibarro e no Monte Alegre, ambos da região de Araraquara, totalizando 50 entrevistas.

⁵ Resultados decorrentes de pesquisa em andamento do perfil socioeconômico e sócio-demográfico das famílias beneficiárias das políticas públicas: Plano Nacional de Crédito Fundiário e Programa de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária da Universidade Federal de Goiás - Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos Programa De Mestrado em Agronegócios, coordenado pelo Prof Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida. Está em anexo.

✓ **Questionário quanti-qualitativo do Projeto INCRA/UNIARA:**

A construção do questionário quanti – qualitativo do Projeto INCRA/UNIARA iniciou-se com discussões coletivas com o objetivo de levar os questionamentos necessários para se chegar a uma análise consistente sobre as políticas públicas e as perspectivas de desenvolvimento nos assentamentos.

A partir desta estrutura geral de trabalho, o questionário foi estruturado em 5 eixos compatibilizando questões quanti-qualitativas organizadas: cidadania, produção, renda, políticas pública e ambiental.

Todos estes eixos foram levantados para contemplar vários aspectos que subsidiam a análise de como os assentamentos estão inseridos no desenvolvimento regional e como as políticas públicas, especialmente do INCRA/SP, podem alterar com ganhos qualitativos, o processo de desenvolvimento dos assentamentos. Com o objetivo principal de analisar temporalmente as políticas públicas e a relação com o desenvolvimento local e regional.

Os resultados dos questionários (em anexo) foram utilizados para complementar os dados da dissertação, principalmente referentes à divisão sexual do trabalho agrícola e não-agrícola e à participação das mulheres no autoconsumo.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro faço uma revisão bibliográfica sobre o tema e assuntos a ele relacionados. No segundo, estão apresentados os espaços e os lugares: os assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, e as protagonistas que se tornaram sujeitos para análise dos objetivos da dissertação. No terceiro capítulo discuto os resultados preliminares obtidos nos projetos desenvolvidos pelo NUPEDOR junto ao INCRA e os dados do projeto de segurança alimentar, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, com o título “Perfil socioeconômico e sócio-demográfico das famílias beneficiárias das políticas públicas: Plano Nacional de Crédito Fundiário e Programa de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária” no qual participei como pesquisadora, e banco de dados do NUPEDOR, grupo no qual participo como pesquisadora.

Cabe um esclarecimento final sobre a metodologia, não utilizei uma amostragem selecionada por critérios estatísticos, mas a partir de uma personagem central no assentamento D. Maria de Lourdes, foi obtendo informações sobre as outras mulheres protagonistas de assentamentos em uma estratégia de pesquisa conhecida como boa de neve.

A técnica de pesquisa bola de neve parte de um informante-chave, que deve ser significativo para abordar as principais hipóteses da pesquisa em sua entrevista. Este informante indica dois novos informantes e assim sucessivamente, até que seja possível identificar um discurso coletivo desse grupo.

No caso da presente pesquisa, a D. Maria de Lourdes foi a informante-chave, em função de sua trajetória de rompimento com uma vida controlada pelo marido e seu protagonismo no grupo da padaria. Tal informante indicou outras duas que passaram ou passam por situações semelhantes, por exemplo, mesmo não deixando de cuidar dos trabalhos domésticos exercem protagonismo produtivo. A cada uma dessas assentadas foi aplicado um questionário semi-estruturado (roteiro para depoimentos orais) que procurou reconstruir aspectos de suas histórias de vida.

A formação desse grupo permitiu avaliar dimensões do rompimento com a lógica masculinizada em casa e nas alternativas produtivas, bem como apreender o papel da mulher assentada em transformação.

Outra questão precisa ser melhor explícita, a utilização de bancos de dados de projetos com diferentes dimensões ora o privilegiamento de uma dimensão quantitativa (ligada a aplicação da escala brasileira de insegurança alimentar – EBIA empregada no projeto do Prof. Dr. Luiz Manoel de Almeida), ora à opção de uma pesquisa de natureza qualitativa (banco de dados do NUPEDOR) ou estatística a junção de ambas (pesquisa do UNIARA/INCRA), justifica-se pela natureza do problema de investigação. Muitas vezes a invisibilidade das mulheres assentadas aparece mascarado em dados estatísticos coletados a partir do privilegiamento do homem como informante representativo da família rural. Dai a necessidade de buscar estratégias de pesquisa mais qualitativas, como às expressões de invisibilidade que geram as de protagonismo.

1. UM BALANÇO DOS CAMPOS TEMÁTICOS DA INVESTIGAÇÃO

- **Um breve histórico da invisibilidade feminina no meio rural**

As desigualdades de gênero devem levar em conta as outras desigualdades sociais, considerando ainda a comparação entre população urbana e rural e as diferentes regiões do país. A análise da condição de vida das mulheres rurais depende da verificação da oferta de políticas públicas e das demais dimensões que permeiam o modo de vida no assentamento

Tomando como base as estatísticas oficiais (especialmente os dados da PNAD) analisa-se, em primeiro lugar, os avanços na situação das mulheres no que se refere à educação, infra-estrutura e condições de vida em geral, de modo a melhor situar a população rural em relação à urbana e as diferenças de gênero existentes.

Os dados do PNAD analisados entre 1992 e 2002 mostram uma evolução no acesso à educação para o conjunto da população brasileira, tanto urbana quanto rural, e queda na taxa de analfabetismo. Nas zonas rurais, desde os anos 80, a situação das mulheres tem sido ligeiramente melhor, com taxas de analfabetismo inferior aos homens.

As diferenças do índice de educação entre as diferentes regiões do Brasil são bem grandes, mas as diferenças entre homens e mulheres, tanto a nível nacional como em cada região não são expressivas. Isso nos mostra que na educação as desigualdades entre regiões e entre urbano e rural de se sobrepõem às diferenças de gênero. Entretanto, o aumento da escolaridade não se reflete em melhoria nas condições de trabalho para as mulheres rurais, assim como acontece com as mulheres urbanas. O investimento em formação e capacitação das mulheres para os trabalhos agrícolas em geral é negligenciado, mas pode ser tão importante e urgente quanto o ensino formal, já que poderia contribuir para a diversificação da oferta de trabalho para as mulheres, elevando sua renda e fortalecendo sua posição pessoal.

Além da educação, o acesso aos recursos básicos de infraestrutura, como água, luz, coleta de lixo e de esgoto, melhora consideravelmente a qualidade de vida das mulheres do meio rural. Analisando mais uma vez os dados do PNAD (1992-2002), nota-se uma melhora no acesso à essas benfeitorias no meio rural, mantendo-se a desigualdade entre urbano e rural. Podemos observar que em 2002 uma parte significativa dos domicílios rurais ainda carecia desses itens de infraestrutura. Embora essa carência afete diretamente as residências do meio rural, a vida das mulheres é atingida em especial, já que é na residência que geralmente elas desenvolvem seu trabalho.

O elemento da infraestrutura que talvez atinja mais fortemente o trabalho das mulheres da zona rural é o abastecimento de água e sua canalização, porque geralmente compete à mulher a busca da água quando esta não é oferecida próxima à residência e a falta de canalização dificulta as atividades domésticas.

No nordeste este fato é provavelmente agravado pelas condições do semiárido, que levam nos períodos de seca, mulheres e crianças a terem que se deslocarem quilômetros em busca de água. A falta de esgotamento sanitário provavelmente tem consequências na qualidade da água e na saúde da família em geral, sendo mais um fator de agravamento das condições de trabalho das mulheres rurais, desde que recaia sobre elas o tratamento dos doentes.

A falta de benfeitorias na infraestrutura na zona rural, especialmente energia elétrica e rede de água, priva as famílias de uma série de facilidades no que se refere à utilização de aparelhos eletrodomésticos, já utilizados em larga escala pela população urbana.

A esse conjunto de desigualdades entre urbano e rural somam-se ainda as desigualdades de gênero. Diversas autoras estudaram e assinalaram a existência das desigualdades de gênero, apontando as diversas formas que elas assumem, especialmente sob a forma do denominado trabalho invisível. Esse trabalho invisível é em geral identificado com as tarefas do lar, enquanto as atividades realizadas pelos homens se restringem ao trabalho “fora da casa”.

Na agricultura familiar, onde o trabalho é realizado pelos membros da família, não existe a remuneração do trabalho e não pode ser mensurada em termos monetários. Os produtos obtidos pelo conjunto do trabalho da família é que vão permitir que as necessidades da família sejam abastecidas ou não.

No caso da agricultura familiar, as mulheres, além de executar o trabalho doméstico, participam também da agricultura e ficam responsáveis pelo “quintal”, onde podem realizar o processamento dos alimentos e cuidar de pequenas criações, que servem para o consumo direto da família. Essas atividades não são consideradas como trabalho porque não são contabilizadas monetariamente, o que gera equívocos de interpretação. Assim sendo, também não é considerado trabalho a demanda de esforço para a realização desse tipo de trabalho, nem mesmo nos casos onde a utilização desses produtos supre a demanda interna da família ou serve para venda. Em outras palavras, para a mulher rural em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas e, portanto, não considerado como “trabalho”.

Uma outra especificidade no caso das mulheres rurais é que geralmente elas e os demais pertencentes à unidade familiar vão com o marido realizar o trabalho assalariado, mas como o pagamento é realizado pela produção realizada, o pagamento é único e indivisível, realizado ao chefe da família, ou seja, ao homem. Podemos entender, portanto, que a própria categoria trabalhadora rural engloba tanto as agricultoras familiares como as assalariadas rurais, sem fazer a distinção entre elas. Essas características do trabalho feminino agrícola fazem com que muitas vezes essa invisibilidade resulte na escassez ou até ausência de dados estatísticos oficiais relativos às mulheres. A porcentagem de mulheres inseridas em atividades não remuneradas é significativamente maior do que a de homens no meio rural.

- **Mulheres em movimento ou movimentos de mulheres**

Os movimentos sociais rurais têm um papel importante no que diz respeito à conquista de políticas públicas. Assim sendo, podemos afirmar que esses movimentos influenciam na redução de desigualdades entre rural e urbano e favorece o acesso das mulheres aos direitos e às políticas públicas.

Os movimentos específicos de mulheres rurais, tem um papel importante na sua visibilização e com suas reivindicações contribuíram para a diminuição da desigualdade de gênero no campo. De forma geral, esses movimentos são ligados a movimentos mais abrangentes, como a CONTAG, a CUT e o MST. As primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos 80. As principais questões colocadas na origem dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são principalmente a legalização da profissão de agricultora, não como doméstica; buscando quebrar a invisibilidade produtiva do trabalho da mulher na agricultura; a luta por direitos sociais, como aposentadoria e licença-maternidade; direito à sindicalização; questões relacionadas com a saúde da mulher. Aparece também o tema do acesso a terra, com as mulheres encampando a bandeira da Reforma Agrária e a ela incorporando reivindicações específicas de gênero, como titulação da terra em nome do casal (conjunta com marido e/ou companheiro) ou em nome da mulher chefe de família, direito das mulheres solteiras ou chefes de família a serem beneficiárias da reforma agrária. (PAULILO, 2006)

Entre 1986 e 1988, os movimentos de mulheres rurais têm grande participação na Assembléia Constituinte e essas mobilizações culminaram na conquista de direitos para as mulheres na área da previdência e no direito da propriedade da terra. A Constituinte foi um marco, já que pela primeira vez foi colocada nacionalmente a negociação de políticas públicas especialmente para as mulheres rurais. Dessa forma, o movimento ganha força para sua nacionalização.

Ainda em 1988, influenciado pelo movimento da Constituinte, acontece o 1º Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, desencadeando a organização sindical das mulheres trabalhadoras rurais. A partir desse momento, aumenta significativamente a participação das mulheres no movimento sindical.

No 5º Congresso da Contag, realizado em 1991, o primeiro após a Constituinte, já se nota uma evolução na participação das mulheres entre os delegados, que antes era inferior a 4%, para cerca de 10%, com a participação de 200 delegadas mulheres. Pela primeira vez uma mulher foi eleita membro efetivo da Diretoria da Contag. Em 1998 foi realizada a 1ª Plenária Nacional de Mulheres do Movimento Sindical, que levou a uma formulação e ao aprofundamento das propostas relativas às mulheres para serem levadas ao 7º Congresso da Contag, que passou a se chamar “Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais” (grifo nosso), se refletindo também na aprovação de políticas afirmativas, como a

cota mínima de participação de 30% de mulheres em todas as instâncias do movimento sindical e o fortalecimento das comissões de mulheres nos sindicatos. No congresso seguinte (8º Congresso, realizado em 2001) a participação de mulheres no total de delegados é expressiva, em torno de 39%, e se constata a presença média de 28% de mulheres nas direções das federações estaduais dos sindicatos de trabalhadores rurais ligadas a Contag.

Através dos anais de congressos da CONTAG, é possível notar um amadurecimento das propostas relativas às mulheres. Itens específicos começam a fazer arte dos grupos temáticos de discussões. No Congresso de 2002 pela primeira vez as mulheres aparecem nas pautas relativas à produção agrícola e à agricultura familiar, o que pode ser considerado uma espécie de reconhecimento, por parte do movimento sindical, da profissão de trabalhadora rural.

No início dos anos 90, o movimento sindical começou a organizar os “Gritos da Terra”, onde se negocia com os governos uma lista de reivindicações. Apesar de haver uma mulher representando a CUT, não existia uma pauta específica das mulheres. Com o aumento da participação das mulheres, as questões relativas a gênero passam a integrar a lista de reivindicações dos gritos.

Em 2000, no contexto da Marcha Mundial das Mulheres, surge a Marcha das Margaridas, o que se tornou um marco, pois permitiu pautar as velhas e as novas reivindicações dos movimentos de mulheres rurais.

As questões principais levantadas nas pautas são as historicamente levantadas pelos movimentos de mulheres, principalmente as relacionadas com o reconhecimento da mulher rural enquanto trabalhadora na agricultura. Vários itens relativos à reforma agrária incluem questões específicas das mulheres, como a titulação conjunta da terra e de prioridade de assentamento para mulheres chefes de família. O acesso a políticas que fortaleçam o papel da mulher como agricultora, como o acesso ao crédito (com a criação do Pronaf Mulher), acesso aos programas de geração de renda e formação profissional, à assistência técnica, a programas de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar, participação das mulheres nas políticas de preservação ambiental.

O congresso de fundação do MST, em 1985, contou com a expressiva presença de 30% de mulheres e desde então o MST busca estimular a participação das mulheres nas ocupações de terra e incluindo as discussões de gênero em suas ações. Suas principais

preocupações referem-se ao estímulo da participação das mulheres nas lutas desenvolvidas pelo MST, o que se reflete nas principais questões levantadas pelo setor de gênero, que são a garantia de participação igualitária de homens e mulheres nas atividades de formação e capacitação e nos núcleos de base, a presença de “cirandas infantis” (espécie de creches) em todas as suas atividades para que os filhos não sejam impedimento da participação das mulheres, assegurar que a terra e os créditos saiam em nome do casal e que as decisões sobre a produção sejam tomadas com a participação da família (SALVARO, 2003).

O trabalho, considerado como categoria, sempre foi importante dentro do movimento feminista. Considerar trabalho os inúmeros afazeres da mulher dentro de casa e nas pequenas propriedades rurais foi fundamental para que elas se tornassem mais visíveis e, conseqüentemente, mais valorizadas. O trabalho remunerado é fundamental, pois numa sociedade regida pelo capital, onde quase tudo o que se consome é comprado, o acesso da mulher a uma fonte de renda deveria torná-la mais independente do marido e mais participativa tanto nas decisões domésticas quanto no meio ao qual pertence. O trabalho é o ponto principal das reivindicações do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que luta para que as mulheres envolvidas na produção agrícola sejam consideradas “agricultoras” e não “do lar”.

No Brasil, a vigorosa organização e mobilização de mulheres trabalhadoras rurais, ganhou destaque no processo da Constituinte com a ampliação do direito à seguridade social por meio da garantia da aposentadoria no valor de um salário mínimo. Essa conquista representou uma importante medida de distribuição de renda das últimas décadas. As trabalhadoras rurais conquistaram reconhecimento, embora a efetivação dos seus direitos seja demorada e não altere automaticamente a relação familiar e sua responsabilização pelo trabalho doméstico. Os movimentos de mulheres são um dos movimentos mais enraizados e contam com significativa organicidade e capacidade de mobilização em nosso país (FARIA 2009).

- **A atribuição de trabalho improdutivo e a conquista de novos lugares**

Nos anos 70, influenciado pelo marxismo, categorizou-se como “trabalho produtivo” aquele que produz mais-valia e o serviço doméstico seria classificado “trabalho improdutivo”. As atividades femininas remuneradas trouxeram consigo a questão da dupla jornada de trabalho. Trabalhando dentro e fora de casa, quando sobraria tempo para que as mulheres pudessem refletir sobre sua condição de vida? Mesmo sendo condição necessária a participação da mulher no mercado de trabalho, somente isso não foi suficiente para que o processo de emancipação e a formação de consciência sobre sua situação de vida se desenvolvessem. Quando o marido trabalha fora de casa e a mulher não, essa tem pouca ou nenhuma participação nas decisões importantes relacionadas à família, mesmo quando é apenas ela quem trabalha fora. Essa situação da condição da mulher só melhora quando ambos trabalham fora de casa.

O trabalho da mulher sempre está em segundo plano quando entra em choque com o trabalho doméstico, pois está mais relacionado ao momento do ciclo familiar e da disponibilidade de trabalho do que à busca da carreira profissional ou da independência financeira. Muitas mulheres consideram a participação em atividades produtivas como uma sobrecarga e não como uma forma de sair do ambiente privado.

As mulheres são sempre consideradas as “filhas ou esposas” do agricultor, identificação que cabe tanto às mulheres que trabalham no campo como as que não trabalham. Mesmo quando a terra pertence à mulher por herança, o homem é o responsável. O alijamento das mulheres nesse processo mostra que seu trabalho não é reconhecido como tal.

Deve-se ressaltar que nem todos os filhos homens recebem a terra como herança quando a propriedade é pequena, mas existe uma compensação para os não herdeiros, que recebem apoio dos pais para trabalhar e estudar ou mesmo ajuda para “começar a vida”. A compensação para as mulheres é dada através do dote do casamento, enxoval, animais para pequena criação, sendo que esse dote não se equipara com o valor da terra que as mulheres receberiam caso a partilha fosse feita de modo igualitário.

Meninas trabalham na terra, carregando água, alimentando animais, cuidando da casa. Mesmo que desde cedo estejam inseridas no grupo de trabalho familiar, inclusive na roça, elas crescem lutando para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais. A luta coletiva para o reconhecimento do trabalho das mulheres se dá no início da década de 80. As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975–1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foram acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres. Na segunda metade da década de 80, as principais reivindicações foram por sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política. Somente no ano de 1985 ocorreram 12 encontros de mulheres trabalhadoras rurais nas mais diversas regiões do país. No ano seguinte, em novembro de 1986, as mulheres rurais realizaram em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais.

A inserção das mulheres rurais no campo político (sindicatos, associações, movimentos sociais, partidos políticos) tem possibilitado um aprendizado coletivo. Para Pierre Bourdieu, “o campo político é entendido como campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”.

O poder público tem o direito de deslocar pessoas e de fazê-las iniciar uma nova vida “da estava zero” e os beneficiários disso devem se conformar com a vontade política desses idealizadores, como atores apagados dessa construção. As mulheres ficam ainda mais à margem nessa situação e sua presença é considerada exceção. Dentro do ideal de assentamento construído pelo estado, o assentado aparece como um desenraizado, que deve ser modelado numa lógica atribuída ao agricultor. Procura-se definir um programa no qual, na realidade, os beneficiários não têm poder algum de decisão.

Sendo o projeto do Estado moldado em moldes patriarcais, às mulheres não é feita nenhuma ressalva em particular. As mulheres não podiam acessar o crédito por não serem titulares (geralmente por alguma restrição legal do marido). Hoje, quando são titulares, não possuem poder de decisão no que diz respeito à produção e a organização. As mulheres apenas passam pelo crivo legal de cadastro em situação de exceção, como por exemplo viúvas com filhos, ou quando comprovada a impossibilidade do marido, que continua a ser o “chefe” da casa, mesmo a mulher sendo a titular do lote. A mulher não entra como sujeito virtual nos processos de assentamento dentro da concepção estatal.

- **A situação legal: a difícil constituição da produtora rural**

A transformação possível dos bóias-frias, homens e mulheres, sua constituição social em proprietários ou candidatos a uma área de terra na condição de assentados, não estava nas previsões traçadas pelo Estado para o que deveriam ser os assentados, em termos de padrões esperados para maximizar a eficiência material nos programas de assentamentos. Os bóias-frias, tanto homens quanto mulheres, não teriam o perfil ideal de um assentado, nem reuniriam condições para viabilizar sua constituição como produtores rurais. Dessa forma, assentamentos formados por bóias-frias estariam fadados ao fracasso. Esse fato tem sido contrariado pelo acompanhamento de experiências concretas de inserção de bóias-frias no movimento de demanda por terra e na construção de alternativas de um novo modo de vida no assentamento. Os assentados, ex bóias-frias, são tidos como os únicos responsáveis pelo sucesso ou fracasso de um assentamento (FERRANTE e BARONE, 1998).

Em alguns casos, mulheres ex-bóias-frias sofreram violência no curso de movimentos grevistas e punições por parte dos empresários. Mesmo não estado com seus maridos no momento da entrada na terra, teriam participado das decisões e de reuniões preparatórias para ocupações de terras públicas ociosas. As mulheres ex-bóias-frias não participavam da tomada de decisões da administração e no planejamento dos lotes. Não possuíam experiências de um trabalho cooperativo. Essas mulheres nunca haviam tido a oportunidade de tomar decisões sobre seu tempo de vida e de trabalho. Desconheciam regras de financiamento, crédito e até mesmo do próprio funcionamento do mercado (FERRANTE e BARONE, 1998).

A mulher não participa, em sua maioria, do processo produtivo no lote e no caso das titulares, são poucas as que comandam o trabalho no lote. Existem muitas reclamações de que seu trabalho não é reconhecido, a sua tarefa é sempre vista como ajuda.

Esse retrato talvez sirva como explicação para o número cada vez mais crescente de mulheres assalariadas fora do assentamento. O fato de desenvolverem atividades destinadas a complementar a renda agrícola parece reforçar a imagem de que sua função é subsidiar, ajudar. O assalariamento das mulheres muitas vezes surge como uma forma de aumentar a renda da família ou até mesmo para fugir das formas dissimuladas de violência de gênero.

Essa “ajuda”, mesmo que vista como subsidiária, pode servir como estratégia familiar, já que a busca de recursos fora é indispensável para a manutenção da luta. Como assentada, a família depende do fomento, que pode ficar muito caro no momento de quitar a dívida. Assim sendo, a renda das mulheres que partem para o corte de cana, colheita da laranja ou faxina em casa de família fazem uma grande diferença, principalmente em caso de colheita frustrada.

Ser cadastrado e adentrar a terra confere ao trabalhador um novo estatuto. A regulação da cidadania é regulada por cima e as mulheres são quem mais sentem as barreiras impostas por esse modelo. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores são estruturados como legítimos ocupantes da terra, enfrentam novas dificuldades e anseios, que afetam diretamente a estrutura familiar, frustrando-se no seu cotidiano. Apesar de terem a terra, não se sentem donos dela completamente. No caso das mulheres, estas se sentem “deserdadas” da terra. Apesar das dificuldades, destacam-se mulheres extremamente fortes, que conseguem se firmar como titulares e garantem produtividade em seus lotes. Porém, vencida essa etapa, se deparam com a burocracia, que oprime os agricultores assentados.

“As mulheres não participam da tomada de decisões e planejamento do lote. Não têm, em seu passado recente, experiências de um trabalho cooperativo, já que em muitas situações as mulheres assentadas ex-bóias-frias nunca tiveram a oportunidade de tomar decisões sobre seu trabalho e seu tempo de vida. As decisões sobre o que plantar não passaram pelos assentados, muito menos pelas mulheres. Quase sempre excluídas da elaboração do processo produtivo, as mulheres encontram espaço na manutenção das redes de sociabilidade” (FERRANTE e BARONE, 1998).

A criação de pequenos animais no quintal ou mesmo de algum cultivo, nesse espaço doméstico primordialmente feminino, garante muitas vezes um ganho na alimentação da família e a tira muitas vezes da precariedade que possa encontrar nesse aspecto.

Na fazenda Monte Alegre, o caso do consórcio da cana-de-açúcar, patrocinado pelo então prefeito de Motuca, causou diversidade de posições entre as mulheres. Algumas viam

na condição de consorciado uma maior segurança para permanecer na terra. Outras alegavam a perda total de autonomia para diversificar a produção. Em muitos momentos, o andamento dos grupos de produção na Monte Alegre foi influenciado por problemas entre famílias e as mulheres foram co-participantes.

Na fazenda Bela Vista do Chibarro, há um tempo atrás, as mulheres chegaram a impedir a continuidade da eleição de seu representante, por estarem excluídas do processo de votação. A mulher é distribuidora do principal bem de que as populações assentadas dispõem: o alimento. Sua capacidade administradora e de ação é inquestionável. A mulher, desde que esteja numa posição de necessidade, assume todas as tarefas de um chefe de família. No entanto, não encontram espaço para terem, no assentamento, reconhecidos seus direitos (FERRANTE e BARONE, 1998).

As mulheres lutaram contra o patriarcalismo existente nos processos de seleção propostos pelo Estado que tira da mulher a condição de ser ela própria cadastrada e assentada, a não ser nas situações em que consiga provar ser a chefe da família. Conseguiram garantir a participação na escolha dos representantes internos, acabando com a afirmação de que a gestão dos núcleos é um espaço predominantemente masculino. Tomaram a liderança na reivindicação aos segmentos do poder público municipal. Discutiram, em associação, estratégias produtivas e reprodutivas de permanência na terra. Em muitas situações, os maridos cercearam a participação das esposas em reuniões, assembléias e organizações, ornando-se esse um dos principais motivos de brigas conjugais. A participação das mulheres nos espaços de ação política abriu brechas para que qualquer descontentamento com a opinião das mulheres gerasse uma série de difamações, já que muitas vezes elas faziam isso sem o acompanhamento dos maridos e estes acabam por cercear a participação das esposas nas reuniões e faziam com que abdicassem de seus cargos. Isso muitas vezes resultava em ameaças e levou as mulheres, em quantidade significativa, a recuar na luta pela conquista de espaço dentro do assentamento. Em todos os núcleos, vários beneficiários, titulares de lotes, mantêm laços de parentesco, criando-se um circuito de relações familiares para além do cadastro oficial. Se essa instância escapa ou não se enquadra na constituição idealizada para os assentamentos, ela efetivamente é significativa para as ações dos assentados. Aos olhos da burocracia estatal, inexistem tais relações. Sua presença marca, no entanto, diferenças na concepção da organização e construção do novo modo de vida presente nos assentamentos. A

mulher, por sua vez, tem o comando no processo de transformar tais laços em espaços de permanência na terra.

No meio rural ainda permanece um ideário de família nuclear, com papéis bem divididos entre os membros e tendo no homem o “chefe” da família (MEDEIROS, 2008). O espaço dos homens é o da esfera pública, o bar, o futebol, reuniões de sindicatos e associações e a comercialização da produção do lote é também “incumbência” do ser masculino. O espaço das mulheres é o espaço do lote e o da esfera doméstica, qual seja, cuidado da casa, da horta, das crianças (VALENCIANO, 2005). Um espaço de convivência entre os gêneros é o espaço produtivo, no qual a mulher tem um papel subalterno, porque é avaliado como mera “ajuda” que está prestando ao marido.

Não é comum, as mulheres demonstrarem ter consciência da repressão de gênero a que estão submetidas. Vêm a organização da esfera doméstica como algo naturalizado, ainda que se queixem do excesso de trabalho. Aquelas que participam mais da vida pública não compreendem necessariamente o processo que possibilitou a chegada delas ao nível em que se encontram e acreditam que a decisão de participar ou não dos espaços públicos esteja atrelada à opção pessoal e não às limitações de gênero (GARCIA, 2004).

A pesquisa tem como um dos eixos analíticos, a discussão das configurações da divisão sexual do trabalho que tem se apresentado nas experiências de assentamentos rurais. Para isso, nos valem das contribuições de Hirata e Kergoat (2007) que discutem a gênese do conceito de divisão sexual do trabalho. Paulilo (2004) discute preconceitos imbricados na análise do campesinato, trazendo de volta questões sobre a condição econômica desigual das mulheres envolvidas na agricultura familiar. Ferrante e Duval (2010) analisam os lugares das assentadas constatados na divisão sexual do trabalho, sua participação nos espaços de sociabilidades, na diversificação agrícola, as possibilidades e controvérsias detectadas nas políticas públicas a elas dirigidas.

A essência da divisão social do trabalho é a desigualdade, dividindo a sociedade em proprietários e não-proprietários dos meios de produção, a divisão sexual do trabalho distribui os gêneros para atividades desiguais, onde umas são mais valorizadas de que as outras, entre o mundo da produção e o da reprodução (BRITO e D'ACRI, 1991).

O termo “agricultura familiar”, propriamente dito, obteve mais destaque na década de 1990, no contexto de algumas transformações sofridas por esta categoria, antes conhecidas

como campesinato, agricultura de subsistência, pequena produção, etc. Isso ocorreu graças a uma nova percepção por parte de agentes sociais, políticos e intelectuais que passaram a reconhecer certas características genéricas, porém comuns a diversos grupos de exploração agrícola familiar, existentes no Brasil (OLALDE, 2004 in VIEIRA, 2009).

Silva e Portella (2006) descrevem que a agricultura familiar é, talvez, um dos campos que melhor expressam as diferentes esferas de manifestações das desigualdades em nosso país: gênero, classe, raça, geração e região, que não apenas atravessam e dão forma ao problema da agricultura familiar e do desenvolvimento econômico no Brasil, como, sobretudo, desafiam todos a pensar o problema para além da esfera estritamente econômica.

As mulheres são vistas atualmente como sujeitos importantes em programas de desenvolvimento rural, principalmente no que se diz respeito à agricultura familiar. É cada vez mais evidente a sua maior preocupação e comprometimento com a economia doméstica, o sustento e o bem-estar dos filhos (CAMARGO et al, 2007).

“No capitalismo se consolida a separação entre a esfera pública e a privada, sendo a primeira da produção e a segunda da reprodução. Junto com isso há o discurso de que as mulheres são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico vinculado à maternidade, e, logicamente, reforçando o desconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na família” (FARIA, 2009).

De acordo com afirmações de Melo e Sabbato (2009) em sua pesquisa fica explícita a preocupação com a forma como os censos latino-americanos usam classificações que escondem as atividades domésticas: o trabalho familiar não remunerado, dominante nas atividades do contexto rural. Os autores ressaltam na conclusão o reconhecimento de que a invisibilidade do trabalho feminino deve-se à ausência de teorias que pudessem conceder o estatuto de atividade produtiva ao trabalho realizado no âmbito doméstico.

Em entrevistas realizadas pelo INCRA (2008), mostrou-se uma autovisão das mulheres assentadas: elas não se identificam como sendo trabalhadora rural, e sim como “do lar”, pois tanto elas como as que se consideram agricultoras vêm o próprio trabalho na roça

apenas como uma ajuda. Mesmo que cultivem uma horta ou tirem leite para o consumo da família ou para a comercialização, não consideram que isso é um trabalho para o desenvolvimento do lote. E se elas têm alguma renda com o trabalho, isso é considerado apenas um auxílio no orçamento e não um complemento na renda familiar.

Alguns autores abordam que a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e da unidade produtiva é socialmente outorgada ao homem. Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar: preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras (incluindo a transformação de produtos e o artesanato), somente são reconhecidas, porém com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, da horta doméstica, pequenos animais do quintal).

As atividades executadas pelas mulheres são mais expressivas quando organizadas e desenvolvidas em grupos. Neste sentido, Moser (1999) afirma que:

(...) no empoderamento, há o reconhecimento de que suas estratégias não serão implementadas sem o esforço sustentado e sistemático das organizações de mulheres e grupos similares que podem utilizar não apenas as mudanças legais, como também a mobilização política, a conscientização e a educação popular. Aqui, se reconhece o triplo papel das mulheres e busca-se, através das organizações de mulheres de baixo pra cima, conscientizar as mulheres para que desafiem a subordinação (MOSER, 1999).

O reconhecimento de uma situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres no campo é uma conquista e um passo para que, a longo prazo, as políticas públicas para as mulheres se transformem em uma política de gênero (BANDEIRA, 2005).

- **Patriarcalismo e sexismo**

Dados apresentados pela FAO dizem que apenas 1% da propriedade do mundo está nas mãos das mulheres⁶, indicando que além da concentração de terra, que no Brasil é uma das mais elevadas do mundo⁷, há ainda uma desigualdade maior que é a do pequeno acesso das mulheres à terra. Juntamente por esse fator, os sistemas de herança brasileiro, estabelecidos no código civil e nos chamados direitos costumeiros, condicionam o acesso à terra à condição civil das mulheres e à sua posição na família.

Ao analisar o histórico das leis agrárias no Brasil e a inserção das mulheres no processo de direito à terra ao longo dessa história, é possível identificar outra triste realidade. Se, por um lado, o Estado e as legislações pouco ampararam a formação do campesinato, a constituição da sociedade agrária brasileira acalentou as desigualdades entre o homem e a mulher com a reprodução da sociedade patriarcal. Ratificando:

[...] do ponto de vista patriarcal a terra é um patrimônio e, como tal, deve pertencer ao homem. A mulher, como dependente do pai ou do marido, de acordo com o direito consuetudinário ou positivo, somente tem a possibilidade de administrar e se desfazer da terra em caso de morte do referencial masculino e, mesmo assim teoricamente, pois, a perda desse referencial, o patrimônio deve ser mantido como bem masculino [...] (FISCHER E GEHLEN, 2002).

⁶ Artigo do Livro Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil. Butto & Hora, Mulheres na Reforma Agrária no Brasil, 2.008, 22).

⁷ O índice de Gini mede o grau de concentração, sendo que, zero indica igualdade absoluta e 1, a concentração absoluta. Para o Brasil, o índice de distribuição de renda é 0,6, e para a concentração fundiária está acima de 0,8. (II Plano Nacional de Reforma Agrária, 2.004, 11).

O patriarcalismo, que tem a característica de estabelecer o poder masculino, é resultado de um processo histórico que pressupõe condições ideológicas para seu estabelecimento e manutenção. Nas sociedades patriarcais, o masculino e o feminino são tidos como superior e inferior. Essa construção baseia-se em diversos sistemas filosóficos e nos mitos de origem dos seres humanos construídos por várias civilizações. E da relação patriarcal que o homem emerge como principal ganha-pão familiar e a mulher como trabalhadora complementar — tendo na reprodução da família seu principal campo de atividades, partindo daí a própria construção de sua identidade (PENA, 1981).

A produção nos assentamentos está organizada por meio do trabalho da família e o homem na qualidade de responsável pelo lote e como marido, apresenta-se como chefe. Geralmente é o homem quem coordena e distribui as diferentes atividades, ficando o trabalho das mulheres, como já afirmado, caracterizado como ajuda e invisível. É por isto que quando se vai discutir a atividade da mulher na área rural não se pode levar somente em conta os critérios de valorização da agricultura convencional. Nesta, constata-se a desvalorização do trabalho das mulheres muitas vezes encarregadas do autoconsumo, do trabalho agrícola que vai se converter em fonte de alimentação para as famílias rurais. A história de mulheres na constituição e trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada, discriminação respaldada pela reprodução dos valores patriarcais do projeto estatal e de sociedade, pelo atraso na extensão dos créditos, nos direitos trabalhistas e previdenciários (FERRANTE, 2004).

A noção de ajuda ainda persiste na explicação do trabalho feminino. Há que se constatar que a expressão produtora rural é atribuída, com muito maior frequência, apenas às mulheres casadas e viúvas. Daí a proposta desta dissertação em consonância com o Projeto do CNPq⁸ de tornar visíveis os trabalhos das mulheres pouco valorizados nas dimensões: doméstica, no trabalho agrícola e outros.

⁸ “Os assentamentos rurais sob a perspectiva de gênero: divisão sexual do trabalho e políticas públicas em análise”, coordenado por Profa Dra Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, aprovado pelo CNPq, para 2011-2012.

As políticas públicas começaram a ter recorte de gênero a partir da década de 2000 sendo, em grande parte, resultado das reivindicações que se faziam presentes nas Marchas das Margaridas, nas diferentes expressões dos movimentos sócias. Conquistas, descritas pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) em um “Caderno de Formação” para mulheres (2010):

- ✓ Apesar de estar prevista na Constituição Federal de 1988, a titularidade conjunta da terra ocorria precariamente por não haver um instrumento legal que a tornasse obrigatória. A publicação da Portaria N° 981/2003 e da Instrução Normativa N°38/2007, do INCRA, modificaram este quadro, ao efetivar o direito das mulheres à terra e ao alterar os procedimentos para sua inclusão. A titularidade conjunta da terra deve ser em nome da mulher e do homem nos lotes de assentamentos constituídos por um casal em situação de casamento ou união estável.

- ✓ O crédito Apoio Mulher é uma das modalidades do crédito instalação, juntamente com o crédito para aquisição de material de construção, o crédito fomento e outros. Os créditos instalação são os primeiros recursos que os/as assentados/as acessam quando sai o projeto de assentamento. Ele se destina ao suporte inicial dos assentamentos visando assegurar: condições para a produção de alimentos; moradia digna; meios para a geração de renda e segurança hídrica. Com o novo crédito para as mulheres, os Créditos Instalação também passam a atuar na promoção da igualdade entre mulheres e homens na reforma agrária.

- ✓ O PRONAF Mulher é uma conquista das mulheres e está em vigor deste o Plano Safra 2003/2004. Tem como objetivo reconhecer e estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária. Além de acessar as outras linhas de crédito do Pronaf, enquanto parte da família, a mulher pode fazer um projeto somente seu e acessar o Pronaf Mulher. As mulheres assentadas da reforma agrária podem acessar o Pronaf Mulher desde a Safra 2005/2006.

Fica uma questão até que ponto estas políticas compreendem as necessidades das mulheres, ou apenas, acabam por reproduzir a masculinização do mundo rural?

A relação entre estatística e participação feminina era, praticamente inexistente. O livro organizado pelos pesquisadores Sabbato, Melo, Lombardi e Faria (2009) registra um marco nos estudos sobre gênero no meio rural após um questionamento às categorias utilizadas pelos estatísticos oficiais que via de regra, excluía as mulheres dos diferentes dados agrícolas, como se elas não fizessem parte da vida rural.

A partir de informações geradas pela PNAD (Pesquisa de Amostras por Domicílio) realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Sabbato, Melo, Lombardi e Faria (2009) apresentam um trabalho inovador, levando em conta a incorporação das relações de gênero, nos instrumentos de coleta de dados. Tais autoras se debruçaram sobre as informações disponíveis, promovem cruzamentos de variáveis econômicas e sociais para entender como as desigualdades de gênero ainda se fazem presentes no meio rural, reafirmando modelo ainda patriarcal da nossa economia.

Há que se ressaltar que as autoras indicam avanços no acesso à renda e aos direitos básicos, além de observar pequenas transformações na forma de inserção na economia ao considerar as atividades que absorvem a força de trabalho e a ocupação das mulheres rurais.

- **Mulheres na produção para o autoconsumo e segurança alimentar**

As mulheres ficam responsáveis, em sua grande parte, pela alimentação familiar. A produção destinada ao autoconsumo abrange pequenas criações, hortas, pomares e pequenas lavouras. Entre os itens produzidos, pode-se mencionar diversos tipos de frutas, legumes e verduras; animais como galinhas, suínos, bovinos, caprinos e peixes; feijão e mandioca, leite e mel, dentre outros. Apesar destas responsabilidades ser das mulheres, elas são pouco citadas

nas discussões sobre segurança alimentar, portanto sendo essencial a realização do estudo com as mulheres.

Dentre dos escassos estudos, eles ressaltam que o quintal é visto pelas mulheres como uma extensão de sua casa, tornando-se um afazer doméstico. Um estudo feito pela pesquisadora Vieira (2009) constatou que as funções econômicas dos quintais dizem respeito ao complemento da produção destinada ao autoconsumo das famílias rurais. Sua importância se dá pelo fato de que grande parte da diversidade produtiva que compõe a dieta alimentar dos agricultores provém desse ambiente; existe um acesso direto a esses alimentos, evitando a dependência dos produtores em relação aos mercados locais; a família tem o controle da procedência e da qualidade do que ali é produzido, já que não se utilizam de substâncias químicas nesses espaços; suas atividades possibilitam uma economia considerável para as famílias e, muitas vezes, uma renda extra.

Melo e Sabato, (2009) acredita que as atividades de autoconsumo estão diretamente vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano. A massiva presença feminina no exercício dessas atividades deve-se seguramente ao fato de que essa produção de autoconsumo é provavelmente vista como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa, provedora das necessidades da família. E, de modo geral, esse papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal – encobrando a verdadeira natureza da sua ocupação e reduzindo, por conseguinte, a sua jornada de trabalho.

De acordo com os pesquisadores Duval e Ferrante (2010), os alimentos plantados para autoconsumo alimentar exercem um importante papel na sociabilidade e na reprodução social no interior dos assentamentos, através das trocas e doações de alimentos entre famílias, porque há uma transmissão de conhecimentos da cultura tradicional dos mais velhos para os mais novos.

As práticas culturais enraizadas das famílias são o motivo para que elas, ao serem assentadas, dêem prioridades a desenvolverem as atividades agrícolas. Ao chegar para habitar em um lote agrícola, uma das primeiras coisas que as famílias fazem é plantar árvores frutíferas, hortaliças e grãos que servirão de alimento a elas e fincando, simbolicamente suas raízes na terra. Produzir o autoconsumo é uma atividade que está presente em parte significativa dos lotes dos assentamentos de Araraquara, como também de outros assentamentos (WHITAKER e FIAMENGUE, 2000; SANTOS e FERRANTE, 2003).

Quanto mais alimento plantado no assentamento, maiores as chances de que toda sua demanda alimentar seja suprida internamente e, a depender da vontade política, tal produção pode também suprir, em boa medida, a demanda municipal. O autoconsumo é uma demonstração específica do comportamento de estabelecimentos agrícolas familiares nos assentamentos. E não menos importante, no cotidiano doméstico da mulher assentada, que também produz e está inserida em atividades agropecuárias embora este trabalho esteja envolto em invisibilidade. Certamente, são fatores que exigem continuidade de novos estudos em torno do autoconsumo alimentar (DUVAL e FERRANTE, 2010).

2. O ESPAÇO INVESTIGADO E LUGARES DAS MULHERES

- **Assentamentos da região de Araraquara**

A região de Araraquara tem forte presença de complexos agroindustriais. Predominam os plantios de commodities agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico. Como consequência, estes são os cultivos da maioria dos proprietários de médias e pequenas propriedades da região têm como principal alternativa produtiva, na condição de fornecedores de matéria-prima⁹. A divisão em regiões utilizada pela pesquisa INCRA/UNIARA não obedeceu a critérios político-administrativos de regionalização, mas foi feita a partir da densidade da presença de escritórios regionais do INCRA nos territórios, dos sujeitos e mediações.

A região central do Estado caracteriza-se pelo alto desenvolvimento e dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras e madeireiras. Por cobrir uma vasta extensão territorial, é possível subdividi-la em microrregiões, de forma a melhor compreender a área rural, perfil econômico e potencialidades. Desta forma dizemos que tal região contempla assentamentos sob a gestão do INCRA nas áreas de Araraquara, São Carlos e Descalvado; Ribeirão Preto; Iaras e Piratininga; Colômbia. Sendo que as microrregiões de Ribeirão Preto e Araraquara são tratadas como a Califórnia Brasileira.

No caso do município de Araraquara, podemos construir a paisagem agrícola como tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, fundamentalmente pela cana-de-açúcar e a laranja. A área total ocupada pela cana-de-açúcar,

⁹ Informações extraídas do relatório INCRA/UNIARA 2011.

segundo dados do LUPA (Levantamento de Unidades Produtivas Agrícolas) de 2008, chega a cerca de 49 mil ha e 6 mil ha para a laranja, dentro de uma área agrícola de cerca de 90 mil ha. A significativa presença de culturas típicas ligadas ao agronegócio caracteriza a estrutura fundiária da região da alta Mogiana como sendo bastante concentrado, o que se confronta com o universo das pequenas propriedades no município de Araraquara.

Estão dentro deste recorte das pequenas propriedades, produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos, destacando o segundo grupo que tem um papel importantíssimo nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município e programas de segurança alimentar. A produção agrícola familiar que abastece maior parte de Araraquara provém, portanto, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, altamente descapitalizados e carentes de apoio institucional.

Este peso de propriedades rurais assentadas é fruto da luta pela Reforma Agrária nesta região. Estabeleceu-se a partir do contraponto do agronegócio e protagonizada pelos trabalhadores rurais que ora se vincularam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP), ora aos movimentos sociais (em especial o MST).

No caso específico das cidades mais próximas geograficamente à Araraquara onde se encontra a sede do sindicato a força do mesmo se torna maior do que a do MST, neste caso específico, são os assentamentos de Araraquara, São Carlos e Descalvado.

Já nas cidades de Ribeirão Preto, Iaras e Piratininga o MST (e outros movimentos) tem uma atuação mais intensa. A região de Colômbia se caracteriza pela pouca atuação tanto da FERAESP como do MST, tendo como histórico de luta a ação do INCRA e prefeitura local. Esse quadro se refere a uma diferenciação das microrregiões também quanto à direção política em cada caso.

Além da relevância política e social dos assentamentos, é preciso destacar a ocorrência de pequenos produtores rurais que permanecem às beiras dos centros urbanos e/ou dos assentamentos que enfrentam igualmente, ou de forma mais arrasadora, os problemas de disputa de forças com as agroindústrias locais. Vale salientar que estes produtores permanecem à sombra dos assentados, muitos por não serem assistidos por linhas de créditos e fomentos que são destinados aos assentamentos rurais.

Neste sentido ao pensarmos em desenvolvimento regional como uma concepção fundamentada em território enquanto trama de tensões e conflitos é preciso entender que o mesmo se estabelece nas lutas que são travadas em torno desse ambiente construído socialmente. Trata-se, portanto, de uma concepção de região que vai além do espaço geográfico mais próximo e envolve uma nova forma de organização, perceptível a partir da atuação de atores locais (FERRANTE, 2011).

Por este motivo ao pensar na região na qual Araraquara está inserida é necessário pensar que o espaço, visto como território deve ser analisado como um adensamento de forças sociais e políticas.

Assim, ao trabalharmos com as políticas de desenvolvimento, apoio à distribuição de renda e às políticas públicas de segurança alimentar por meio dos programas da CONAB como o Programa de Aquisição de Alimentos PELA e Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAD é preciso esclarecer o papel fundamental das mesmas para o desenvolvimento principalmente nas áreas rurais.

Na região de Araraquara em especial, por predominar o complexo canavieiro, que exerce forte pressão sobre os assentamentos rurais, estes programas estão tornando-se um forte vetor do desenvolvimento regional. Desta forma, as práticas agroecológicas e a diversificação agrícola aparecem relacionadas como contrapontos às estratégias de produção a partir de uma matriz tecnológica convencional com forte propensão às culturas altamente dependentes de recursos e insumos químicos, mecânicos e genéticos (FERRANTE, 2009).

No entanto, as políticas de segurança alimentar têm permitido que, apesar da entrada do plantio de cana como estratégia produtiva nos assentamentos, uma produção diversificada que atende aos mercados locais (das próprias famílias assentadas) e regionais.

Assim, a diversificação das áreas agrícolas passa a ser referência para estratégias alternativas de desenvolvimento rural, que fogem àquelas convencionais e que se baseiam em relação ao rol do que é comumente encontrado (como monoculturas de milho, soja, cana de açúcar, gado leiteiro extensivo etc.).

A este respeito Ferrante (2011) destaca que estas “novas” estratégias de diversificação podem gerar autonomia para os assentados, no sentido de não depender da comercialização de um único produto agrícola ou dum único canal de produzi-lo; além disso, a agricultura

praticada se volta para características mais tradicionais e sustentáveis e com o uso dos recursos disponíveis localmente. Nesta perspectiva, estes são pontos que certamente podem promover a liberdade dos sujeitos em terem ações e subsídios em como fazer para agir e se movimentar, sem se subordinar diretamente a um sistema de controles e de poderes muito relacionado ao agronegócio.

O que resulta em uma articulação entre as dimensões territorial/local e a segurança alimentar, justamente porque o desenho e a implantação de programas de desenvolvimento no Brasil e em outros países da América Latina voltados à diluição da pobreza têm levado em conta a questão da alimentação como eixo condutor das ações governamentais.

Já que a segurança alimentar de uma população tem que levar em conta a sua sustentabilidade por meio de projetos que apontem portas de saída e, ao mesmo tempo, indique elementos em termos de organização que possam ser incorporados e reproduzidos por outros grupos em situação de risco. De outra parte, dada à interpenetração das realidades urbana e rural, as ações que hoje estão sendo desencadeadas nos espaços territoriais influenciam diretamente nas variáveis como a ocupação e renda da população como um todo (ALMEIDA, 2009 e PAULILLO, 2010).

Neste sentido podemos salientar o quanto às potencialidades da região de Araraquara têm a oferecer quanto à diversificação e segurança alimentar tanto local quanto regionalmente.

A ação dos programas municipais de segurança alimentar de Araraquara é interessante porque apresenta um conjunto de iniciativas que estão avançando e sendo defendidas no Brasil como alternativas de êxito para o avanço da segurança alimentar local (FERRANTE, 2011). No caso específico deste município, há um conjunto de programas de segurança alimentar iniciados em 2003 que interagem e, ao mesmo tempo, se complementam, formando uma rede de conexões primárias e secundárias.

- **Assentamento Monte Alegre: a contextualização do espaço de investigação**

As terras da fazenda Monte Alegre, município de Araraquara/SP, que foram desapropriadas para fins de reforma agrária, vinham sendo usadas para plantio intensivo de eucalipto, primeiramente pela FEPASA e, depois, pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), esta última destinando a produção para o setor de papel e celulose, que teve suas terras ocupadas em junho de 1985. A referida fazenda foi reivindicada pelo movimento social de luta pela terra, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais à frente dos trabalhadores volantes que vinham sofrendo com a precarização das condições de vida e de trabalho em colheitas na região (BARONE, 2008) e lograram a muito custo, seu objetivo, rompendo uma trajetória de destituição.

O assentamento foi, por fim, criado sob a responsabilidade da Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo). A área foi dividida em centenas de lotes que passaram a ser ocupados pelas famílias e conta com seis núcleos de assentamentos, um horto (Silvânia) e, ainda, com um assentamento muito próximo a ele, no distrito de Bueno de Andrada. São 416 famílias que vivem nestes núcleos, mas cada qual foi criado em diferentes datas, conforme o quadro 1. Cada família possui um lote agrícola de aproximadamente 14 hectares e outro lote de moradia, localizado nas agrovilas, com menos de 1 ha¹⁰ (Quadro 5)

¹⁰ Com exceção do núcleo 6 (o maior deles), onde não há agrovila.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bueno de Andrada	Araraquara	mai/97	31	Estadual
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96	Estadual
Silvânia	Matão	set/98	19	Estadual
Total			416 Famílias	

Quadro 5: Distribuição de famílias por núcleo e município - Assentamento Monte Alegre

Fonte: Fundação ITESP, 2006.

A fazenda está localizada na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão (Figura 1), sendo que os dois últimos são municípios menores em relação ao primeiro e cada um deles recebe e tem uma atuação diferente sobre o assentamento. Isto pode ser percebido, por exemplo, nas políticas públicas voltadas ao escoamento da produção nos municípios, da infra-estrutura nas áreas de saúde, educação e transporte, dentre outros fatores que cada município oferece ou tem a participação dos assentados.

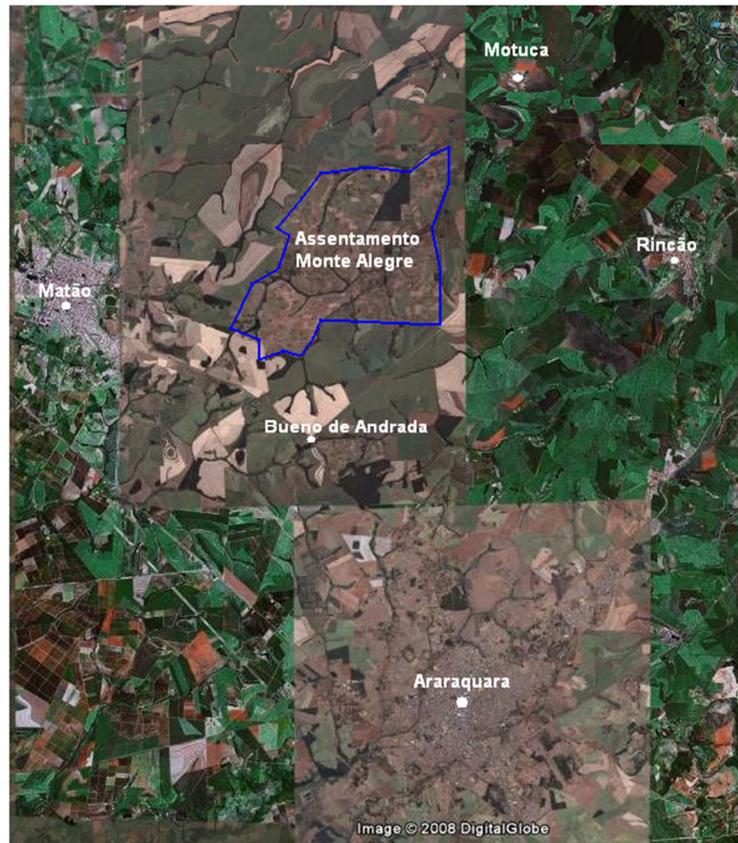


Figura 1: Imagem aérea do Assentamento Monte Alegre

Fonte: Google In Duval, 2005.

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro) (DUVAL, 2005).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Fundação ITESP.

O estudo se delimita no assentamento Monte Alegre – Núcleo VI, que contém 96 famílias. A maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial. Perto de 70% dos assentados no projeto

de assentamento Monte Alegre (especialmente dos núcleos II e IV) foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja. O núcleo VI é uma dos mais novos, é o maior e possui algumas particularidades como: não possui agrovila e tem uma pequena parcela de assentado da segunda geração. Pois alguns são filhos de assentados, mas em sua maioria são bóias-frias e/ou trabalhadores rurais temporários.

“A constituição dos assentamentos na região de Araraquara é marcada pela inserção de trabalhadores bóias-frias no movimento de demanda pela terra. A possibilidade da terra constituir-se em um dos eixos de luta dos bóias-frias, categoria que tem, no seu interior, segmentos que não tiveram uma relação direta de apropriação com a terra, criou impasses e exigiu remodelagens de interpretações do processo de modernização/expropriação e proletarização rural” (FERRANTE, 1992).

Esta origem e a trajetória histórica da população hoje assentada, bem como de seu principal mediador político (o movimento sindical dos assalariados rurais), repõem resistências e acomodações específicas frente à integração dos assentados no sistema produtivo sucroalcooleiro, que se relacionam com o tempo anterior, de assalariamento.

No assentamento Monte Alegre, as mulheres são, em 17,5% dos casos, titulares dos lotes, tendo, neste caso, em média, 58 anos de idade. O número de mulheres que acessaram o Pronaf é mínimo (FERRANTE; DUVAL, 2009). Informação esta que ressalta o quanto às ações das mulheres deste assentamento ainda se mostra na invisibilidade.

Nas questões de infraestrutura, o assentamento possui escola desde a creche, ensino fundamental e médio. Possui um posto de atendimento médico, sendo que o atendimento acontece uma vez por semana com agendamento prévio e para as reuniões dos assentados possuem um salão.



Figura 2: Entrada do assentamento Monte Alegre

Fonte: arquivo da pesquisadora, 2011.



Figura 3: Interior do assentamento Monte Alegre

Fonte: arquivo da pesquisadora, 2011.

Nas figuras 2 e 3 observa-se a cultura da cana-de-açúcar e o eucalipto bastante frequente na paisagem do assentamento, ou seja, a monocultura está muito presente nos lotes do assentamento.

O núcleo VI do assentamento Monte Alegre é basicamente o coração do assentamento, pois é onde encontram-se a escola, a creche, o posto de saúde, o barracão comunitário e a padaria da associação de mulheres. A padaria é uma conquista da Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre. A produção é comercializada na padaria para os assentados e

dentro do Terminal Central de Integração, diante da feira permanente, local onde também são vendidos os produtos plantados no Monte Alegre.

- **Perfil das protagonistas: alguns retratos e fragmentos de vida**

- **Dona Maria de Lourdes – uma das pioneiras da resistência.**

Titular do lote, viúva por duas vezes, hoje está dividindo o lote com um novo marido, também assentado. O seu lote está com os filhos, mas D. Maria está pensando em se separar do marido para voltar ao seu lote, pois o ITESP tem a pressionado devido a sua saída por caracterizar abandono da propriedade e teme em passar o lote para um dos filhos, pois sabe que correrá risco que eles venham colocar os demais para fora.

Dona Maria morava no Paraná com o marido e os 8 filhos. O seu marido a privava de tudo. Como ela mesma relata “eu não tinha direito de ir ao mercado, eu não tinha direito de ir pra canto nenhum, eu não saía de casa, era só cuidar de filho e grávida. Era um filho seguido do outro, ele só queria me ver barriguda. A minha saída era da casa para o hospital e do hospital pra casa, nem na igreja ele quase não deixava a gente ir (refere-se a ela e os filhos)”.

A sua trajetória para o assentamento começou quando o seu finado marido quis ir pra São Carlos, Dona Maria mesmo contrariada acabara tendo que ir. Mas assim que chegou foi atrás de creche, para colocar as crianças menores e os mais velhos na escola integral. Logo buscou sua independência trabalhando de empregada doméstica, mas seu marido resolveu lutar por um pedaço de terra no Assentamento Monte Alegre, assim totalizando 19 anos de assentada. A assentada trabalha pesado no lote, pois tem as vacas leiteiras as quais geram uma renda e ainda ajuda os filhos. Seus filhos trabalham no lote, mas as suas filhas trabalham de domésticas na cidade, mas todos não abrem mão do lote, todos querem permanecer no assentamento.

Dona Maria não tem escolaridade, é semi analfabeta, pois sabe apenas assinar seu nome, mas nunca fez disto um limitante em sua vida. Hoje ela trabalha na AMA (associação de mulheres assentadas) do assentamento Monte Alegre desde sua primeira formação. A assentada acompanhou várias transformações na AMA, passou por muitas dificuldades mas as fez se tornarem vitórias. É a mais antiga da associação.



Figura 4: Dona Maria apresentando seu lote

Fonte: arquivo da pesquisadora, 2011.

○ **Jiseli – A nova geração de empreendedora**

Casada, e não titular do lote. Veio da Bahia faz 23 anos, têm três filhos, mas atualmente todos casados e não moram com ela. Os irmãos de Jisele residiam em Motuca - SP, justificando a vinda para o Estado de São Paulo, assim eles arrumaram uma fazenda para ela e o marido trabalharem. O marido foi trabalhar com vacas de leite, e ela foi trabalhar na casa da fazenda. Mas com a falência do fazendeiro realizaram a mudança para outra na qual permaneceram por 10 anos até quando Jiseli adoeceu-se de exaustão.

Um amigo assentado da família disse a eles “eu moro no assentamento faz muitos anos, e se vocês quiserem comprar uma terra lá, vocês entrem contato no ITESP”. Após o contato com a entidade foi assentada em 2005.

Quando chegou ao assentamento relatou estar muito cansada, pedindo ao marido um ano de descanso. Diz a assentada *“não fiz nada, não ajudava ele (marido) em nada, eu precisava deste tempo para descansar, mas foi aí que veio a realidade”*. Nos primeiros anos passaram por muitas dificuldades, pois não tinham conhecimento algum sobre administração. Assim o descanso não durou muito Jiseli começou a fazer pão pra vender.

No assentamento Monte Alegre já existia um grupo de mulheres iniciando-se com a padaria, Nice (presidente da associação na época) convidou-a para participar, mas a assentada recusou, ressalta Jiseli *“quando eu vim para cá (assentamento) eu vim decidida a não trabalhar para mais ninguém, eu queria ficar com o meu marido trabalhando”*.

A padaria da associação de mulheres foi inaugurada dia 13 de dezembro de 2008. Em abril as mulheres foram à procura da Jiseli, pois elas estavam sobrecarregadas e necessitavam de ajuda, assim Jiseli aceita e passa a fazer parte da associação *“eu poderia dizer não, mas como aqui em casa as coisas também não estava muito fácil eu fui”* diz a assentada.

A associação ganhou uma empreendedora, pois por sua trajetória de vida ela sempre teve uma visão de aproveitar as oportunidades sem medo. A padaria nunca tinha tido nenhum tipo de contabilidade, mas hoje ela tem feito curso para realizar da melhor forma possível. E ainda, a AMA realizava compras de mercadorias nos supermercados da região, mas ela inquieta, fez com que conseguissem comprar diretamente do fornecedor, barateando o custo.

Em sua casa faz todos os afazeres domésticos e também faz o processamento do leite em queijo e requeijão. Ela não para.



Figura 5: Jisele mostrando seu lote com mais de 27 variedades de árvores frutíferas.

Fonte: arquivo pesquisadora, 2011.

○ **Dona Anésia – O desafio de ser uma produtora familiar**

Titular do lote, viúva. Mulher guerreira e batalhadora. Em síntese esta frase dita por ela representa o seu vigor e luta.

“Eu estou fazendo uma coisa que eu gosto (o cuidar da criação), não estou fazendo pra visar lucro, se eu falar que estou eu estarei mentindo, porque se eu pegar as notas de ração e pegar o preço do porco na cidade você vai ver que não tenho lucro. Eu faço porque já estou com 60 e tantos anos nas costas, 66, e é uma idade que se você deixar a mente dormir e aparece mil e uma doença. Então eu quero me precaver”. Dona Anésia.

Sua trajetória começa no Paraná no ano 1976, onde lecionava na área rural para as crianças. A propriedade em que se encontrava a escola começou a ser desapropriado para a

reforma agrária, assim aproveitou para se inscrever no INCRA, mas não foi chamada, resolveu então ir para o interior de São Paulo.

Quando chegou a Taquaritinga, foi trabalhar em fábrica e depois em serviços agrícolas como: colher laranja, cortar cana-de-açúcar “*eu nunca passei necessidade porque eu nunca tive preguiça*”, diz a assentada.

Na usina onde trabalhava a contratação não era direta e sim por um atravessador conhecido como “gato”. O gato anunciou para todos, inacreditavelmente, que o ITESP estava fazendo inscrição para a reforma agrária relata D. Anésia. Assim, logo ela e seu marido entraram no lote e ele por ser aposentado fez com que a titularidade automaticamente fosse para Dona Anésia. Mas logo seu marido veio a falecer.

A assentada com tem preguiça para nada, é uma disposição invejável. É ela quem cuida das galinhas, dos porcos (que não são poucos), do pomar e de todo o planejamento do lote. Suas filhas e o genro auxiliam na produção, mas tudo sobre o comando de D. Anésia. Construiu uma casa grande na qual tem muito orgulho.

Os seus conhecimentos não são poucos, sabe desde sistemas produtivos até remédios caseiros, logo passou a me receitar chás para gripe. A D. Anésia é uma senhora muito simples, com pouca vaidade e de traços masculinizados, por ocupar, muitas vezes lugar de um homem.



Figura 6: D. Anésia alimentando sua criação de galinhas caipiras.

Fonte: arquivo da pesquisadora, 2011.

○ **Dona Maria – Uma liderança política**

Casada, mas viúva do primeiro marido com o qual teve duas filhas. Não é a titular do lote. Sua trajetória de vida é marcada por muitas lutas, trabalhou em serviços rurais como na colheita da cana, da laranja “*não foi fácil não, foi uma vida muito sofrida*”, passou por muitas dificuldades.

“Muitas vezes eu ia trabalhar e não tinha nem alimento para colocar na minha marmita, para as colegas de serviço não perceber que eu estava sem alimento dentro da marmita, eu colocava pedra dentro dela, e quando era corte de cana eu chupava cana queimada, chegava a casa e aquilo fazia mal para o intestino. Na colheita da laranja, eu chupava laranja para que todo o alimento que eu tinha em casa ficar para as minhas filhas” Dona Maria.

Ela quem fez a cadastro no ITESP e com a venda de uma casa na cidade, comprou as benfeitorias de um lote, já são 9 anos de assentada. Diz com muito orgulho “*eu te garanto que*

hoje eu tenho uma vida melhor, aqui no assentamento, pois durmo melhor, me alimento melhor, tenho boas amizades não tenho inimizades com ninguém”.

D. Maria é uma mulher muito bem articulada, que se faz ser ouvida. Nas reuniões do assentamento ela não passa vontade, fala tudo o que pensa e o que acredita. Casada pela segunda vez com marido muito compreensivo, pois esta mulher gosta de tudo muito de seu jeito, mas como elas mesma disse “eu o deixo achar que manda às vezes, só para não se achar menos homem... mas quem manda aqui sou eu”.



Figura 7: A assentada mostrando a horta

Fonte: arquivo da pesquisadora, 2011

3. PAPÉIS DAS MULHERES ASSENTADAS: EXPRESSÕES DIFERENCIADAS

- **Segurança alimentar e nutricional: a reconstrução dos indicadores**

O conceito de segurança alimentar, antes fundado com base nos Direitos Humanos, ao final da Segunda Grande Guerra Mundial, com a crise dos agricultores em grande parte dos países industrializados, voltou-se à questão do acesso (demanda e distribuição). Para Belik (2003), esse conceito levou a um melhor conhecimento da situação alimentar sob três aspectos: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos. Segundo o autor, cabe ressaltar o conceito desses aspectos. O acesso aos alimentos diferencia-se da disponibilidade dos alimentos, ou seja, os alimentos podem estar disponíveis, mas não acessíveis à camada mais pobre da população. A qualidade refere-se a consumir os alimentos com dignidade (sem riscos de contaminação ou apodrecimento); e a regularidade diz respeito ao acesso constante à alimentação (pelo menos três vezes ao dia).

Assim para detalhamento são divididos em eixos de análise. Os valores ligados ao eixo da saúde (PAULILLO; PESANHA, 2002) referem-se a dimensões dietética e farmacêutica ligadas à composição nutricional dos alimentos. Para tanto, a educação alimentar da população mais vulnerável é fundamental. O eixo da higiene e seguridade dos alimentos engloba a ausência de tóxicos ou elementos nocivos, sendo necessárias informações, garantias e o controle sobre as condições da produção, distribuição e embalagens (certificação dos produtos). O eixo meio ambiente está relacionado ao ecológico ou orgânico, produção sem tóxicos e respeito ao mesmo. O eixo da autenticidade está ligado aos valores naturais e tradicionais da produção agroalimentar, aos conhecimentos muitas vezes herdados de práticas alimentares, à valorização da origem dos produtos e às especificações dos processos produtivos. Por fim, o eixo da solidariedade envolve valores morais e ideológicos que impulsionam a participação da população bem nutrida em ações humanísticas no processo de consumo.

Tais elementos nos remetem à Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar – EBIA e suas associações com os eixos: meio ambiente e autenticidade, os quais serão, de certa forma, reconstruídos na análise dos papéis em transformações e do protagonismo das mulheres assentadas. A reconstrução se fez necessária em vista da complexidade e da multidimensionalidade das situações vivenciadas pelas assentadas.

- **No trabalho e nos conhecimentos herdados, o despertar de um protagonismo**

Na pesquisa observa-se que as próprias mulheres, muitas vezes, subestimam sua jornada de trabalho. Mas, o rompimento da invisibilidade do trabalho agrícola vem sendo destacado por iniciativas individuais e coletivas. As perspectivas de diversificação agrícola e agroindustrial vêm se apresentando sob a forma de embriões de um rumo diversificado de desenvolvimento, nos quais as relações de gênero têm peso decisivo.

Um resultado encontrado foi o desenvolvimento de associação de mulheres para a produção de pães. Na verdade, no interior deste trabalho destaca-se o protagonismo da AMA (Associação de Mulheres Assentadas) no aspecto da produção e reprodução social e no papel de circulação das idéias e perspectivas de protagonismo. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. Com participações em fóruns do Orçamento Participativo e principalmente discussões de prioridades, soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos, constatou-se que, no ano de 2002, a prioridade sugerida pelo grupo de mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre foi atendida: aquisição de equipamentos para a construção de uma padaria industrial neste núcleo.

A Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI (AMA) é constituída por 11 associadas, todas pagam uma mensalidade de R\$ 10,00 e parecem caminhar, regulando cada passo, em um processo lento, mas em continua mudança.



Figura 8: Padaria no Monte Alegre

Fonte: NUPEDOR, 2010



Figura 9: Cozinha da padaria

Fonte: NUPEDOR, 2010

Esta experiência destaca-se pelas grandes conquistas, levando ao rompimento da invisibilidade feminina. Como pode-se analisar com as trajetórias de vida de algumas dessas mulheres assentadas. A Dona Maria foi uma das primeiras a se juntar para formar a associação, ao contar sua história refere-se ao falecido marido com um sentimento de superação, revela “fomos (mulheres assentadas da associação) muito criticadas aqui no assentamento porque queríamos um espaço para nós e era tanto homem, quanto mulher, ninguém acreditava. Quando a gente ia fazer reunião, falavam: o que essa mulheres vão fazer ai, estão largando tudo (referindo-se aos trabalhos domésticos) pra ficar indo atrás disso? Ninguém acreditava, falavam que essas mulheres são todas bestas”.

O momento ao qual a assentada sentiu-se realizada “O dia que eu recebi o meu primeiro pagamento (renda mensal da padaria) ele (falecido marido) estava sentado, nossa, minha filha (expressão à pesquisadora), eu estava tão contente que ele chegou até levantar e sair de perto de mim, porque ele mesmo não acreditava. Inclusive ele morreu em agosto, e a padaria foi inaugurada em dezembro, eu queria que ele estivesse vivo para ver com os próprios olhos dele a padaria, porque ele mesmo não acreditava, ele me maltratava muito. Ele (o falecido marido) dizia que eu não era capacitada, que eu não tinha capacidade para isso, falava que a gente não tinha pique. Ele fazia isso porque não queria que trabalhasse, porque é coisa do homem, todo homem é assim, eles querem que a gente viva de baixo dos pés deles, pra que você não de um salto”.

Muitas mulheres buscam iniciativas de complementação da renda, mas em observação pode-se notar o sucesso maior com a junção de forças, o associativismo e o cooperativismo. A Dona Maria ainda conta das suas dificuldades iniciais: “eu fui atrás de formar a associação porque eu precisava de uma renda a mais, naquele tempo era meu marido que ficava com as coisas, com dinheiro do lote e também ele era aposentado, mas ele não dava dinheiro pra gente. Mas eu tinha uma minha rendinha da feira, porque eu tinha a minha horta de verdura e outras coisas que eu plantava no lote que eu vendia, mas era muito pouco e eu tinha que colocar mais coisa em casa, e pagar uma energia”.

As ações, embora direcionadas mais às mulheres já organizadas em associações (como uma padaria no assentamento Monte Alegre), envolvem outras que também querem se juntar em pequenos grupos voltados à agroindustrialização. Na padaria foram feitas análises dos produtos e montadas tabelas nutricionais, balanceamento e melhoramento de receitas e procedimentos para se obter um rótulo para facilitar a comercialização desses produtos. Essa atividade foi desenvolvida em conjunto com a coordenação dos cursos de Nutrição e de Propaganda e Marketing da UNIARA (modelo em anexo).

O NUPEDOR promoveu cursos de capacitação à produção de açúcar mascavo, rapadura e melado, em conjunto com a UFSCar, Campus de Araras, no decorrer do qual vieram à tona conhecimentos e expressões do *habitus* dos assentados. Também a mediação na promoção do curso, aspectos microbiológicos no manuseio de alimentos, junto ao curso de Nutrição da UNIARA. As assentadas que participaram dos cursos solicitaram outro, sobre técnicas de compotas e conservas, que também foi realizado na cozinha experimental da UNIARA, no mês de junho de 2010.

Em 07/08/2010 foi realizado o curso sobre formação de preços e contabilidade, direcionado especificamente para os grupos de mulheres já constituídas no assentamento Monte Alegre e outros dois grupos em formação no assentamento Bela Vista do Chibarro.

Os últimos cursos articulados com as mulheres foram na Secretaria Municipal de Agricultura, do município de São Carlos. O primeiro deles, Técnicas de Desidratação de Frutas, Hortaliças, Ervas, foi realizado em 21/08/2010 e o curso Produção de Biscoitos e Barras de Cereais, que foi no dia 28/08/2010. Pretende-se analisar as conseqüências destes investimentos em capacitação no processo de (re) educação, profissionalização das mulheres.



Figura 10: Curso de compotas e conservas
Fonte: NUPEDOR, 2010

Os cursos vêm para somar as produções já realizadas pelas mulheres, ou seja, são práticas antigas das famílias, que vêm sendo reproduzidas há muitas gerações em seu interior, o conhecimento tradicional. Portanto, conta a experiência acumulada em produzir determinados alimentos que são consumidos em esfera alimentar e, dependendo de sua especialização, podem também passar a fazer parte do rol de produtos que são comercializados. O interessante desta produção diversificada é que sua comercialização, muitas vezes, se dá nos próprios limites do assentamento, para vizinhos, parentes e grupos de afinidade. A partir do que se planta para autoconsumo no interior do lote familiar pode-se vislumbrar alternativas de geração de renda.

Também produtos típicos de um certo nível de “agroindústria de beneficiamento familiar” entram nesse circuito, como nos casos das mulheres que produzem pães, bolos e doces, experiência que tem sido irradiada pelo Estado. A prática de produzir pães caseiros, bolos e doces em compota, assim como outros produtos beneficiados é algo típico de famílias rurais em todo o Brasil, tendo, muitas vezes, as mulheres como principais protagonistas dessa produção – razão pela qual se faz necessária pesquisar com acuidade essa participação feminina na produção beneficiada.

Na pesquisa do INCRA/UNIARA, ressaltou que a presença de agroindústrias é pouco freqüente na região de Araraquara, apenas 15 assentados disseram que tem. Nos casos existentes, predominam os laticínios (refere-se ao beneficiamento do leite), com boa margem de vantagem sobre a fabricação de outros produtos alimentícios. Portanto vale salientar que a participação das mulheres que têm sido, em maioria, as protagonistas das agroindústrias (em

60% dos casos), especialmente da produção de alimentos, o que reforça seu papel nas perspectivas de garantir segurança alimentar de sua família e do entorno.

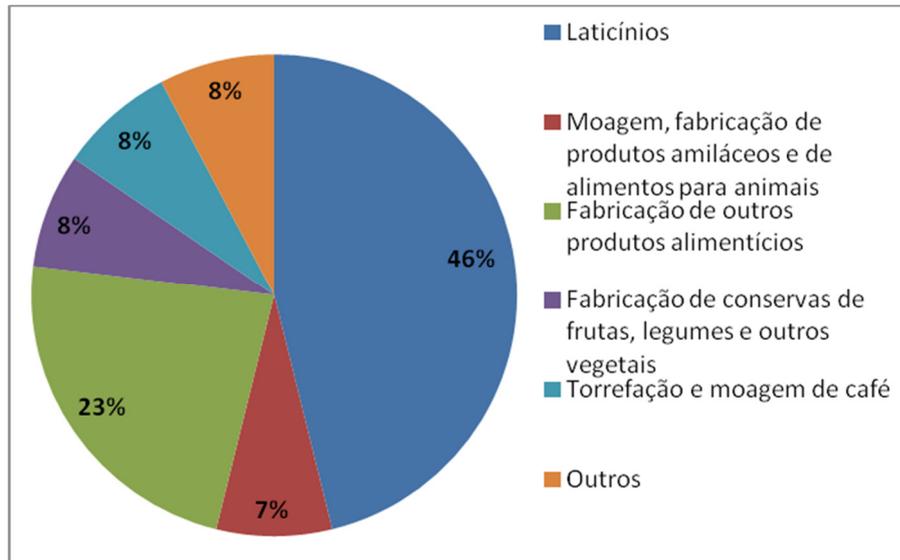


Gráfico 1: Produtos agroindústria, região central (Araraquara)

Fonte: Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.

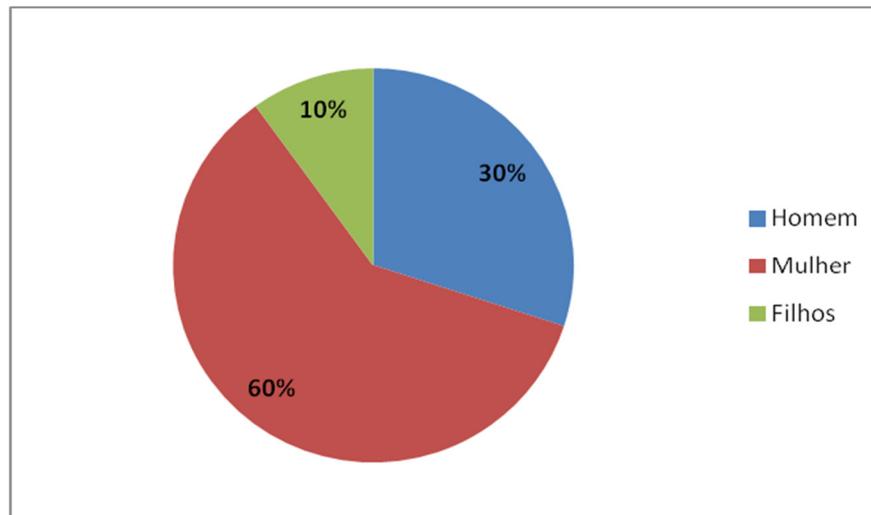


Gráfico 2: Quem faz – Agroindústria, região central (Araraquara)

Fonte: Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.

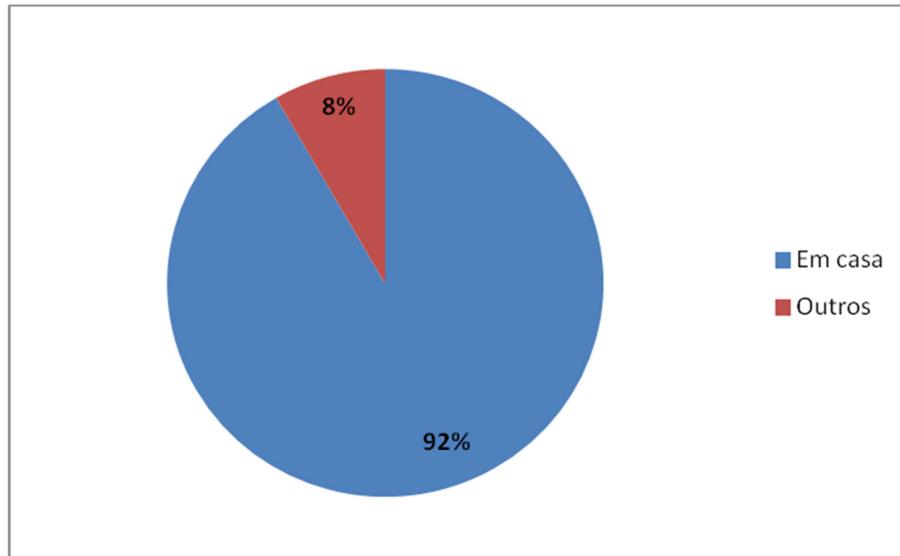


Gráfico 3: Onde produz – Agroindústria, região central (Araraquara).

Fonte: Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.

A produção é basicamente artesanal e se dá no espaço da casa (gráfico 3), o que é explicável pela própria dificuldade de se ter outros espaços mais sofisticados para a agroindustrialização e pela perspectiva das mulheres associarem esta produção a outras tarefas domésticas pelas quais se responsabilizam.

✓ **A busca maior do conhecimento**

As mulheres não apenas estão buscando aperfeiçoamento em cursos técnicos estão buscando escolaridade e conhecimentos amplos. Nos gráficos sobre escolaridades eles nos revelam o romper da invisibilidade através também do grau de escolaridade, ao se comparado ao homem (pai).

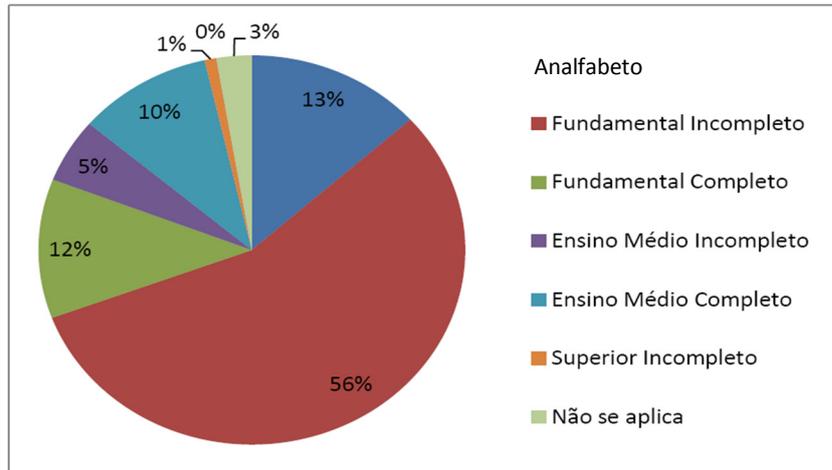


Gráfico 4: Nível de escolaridade do pai – Dado Estadual/ SP

Fonte: Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.

O gráfico mostra a escolaridade do pai, em sua maioria 56% não concluíram o ensino fundamental. Em 10% dos casos aparecem pais que já concluíram o ensino médio. Já em, 13% são analfabetos. Sendo que em 1% dos casos apareceram que há pais completando o ensino superior.

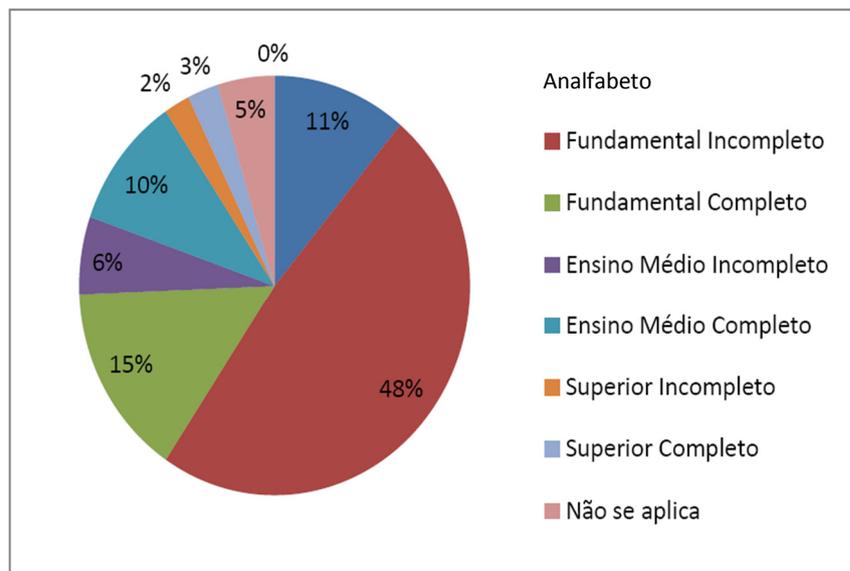


Gráfico 5: Nível de escolaridade da mãe – Dado Estadual/SP.

Fonte: Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.

Neste gráfico analisado apareceram casos em que 48% das mães não concluíram o fundamental (incompleto). Para 15% dos casos temos mães que concluíram o fundamental. Em 11% dos casos aparecem mães, que não tiveram acesso à educação, ou seja, são analfabetas. E o analfabetismo comparado ao homem, a mulher está tendo mais possibilidade de letramento. Aparece um dado bem relevante que 5% de mães que concluíram ou estão cursando o ensino superior. Este dado pode revelar que as mulheres estão mais necessitadas de informações e conhecimento fora do conhecimento, podendo ser a necessidade de informação fora do assentamento, tendências que reflete os dados mostrados por outras regiões.

Entretanto nos espaços produtivos e no item renda os homens, têm os comandos, portanto as capacitações/ curso e assistência técnica, ou seja, o espaço de conhecimento ainda se faz através da reprodução do poder hierárquico dos homens. As mulheres não participam porque ficam na cozinha (lugar delas nessa sociedade). Os técnicos de campo convidam para a capacitação/cursos aqueles aos quais eles prestam assistência técnica que são os homens – vinha aqui descrito o círculo vicioso de invisibilidade do trabalho feminino. Mas que hoje se faz diferente pois as mulheres saíram do fogão para a sala de aula.

- **No autoconsumo e na diversificação agrícola: o que dizem os dados**

No transcorrer das análises dos diários de campo, observou-se várias situações dos despontamentos das ações de mulheres. Apesar dos elementos do protagonismo os resultados destacam-se a permanência de estereótipos que caracterizam o lugar (inferior) da mulher na sociedade, inclusive no meio rural; as mulheres rurais continuam trabalhando em atividades agropecuárias, na forma de trabalho sem remuneração ou plantando, colhendo e cuidando de pequenos animais para o autoconsumo familiar, além de outras atividades desenvolvidas fora do lote. Portanto a segurança alimentar está inteiramente ligada com as mulheres, pois são elas as responsáveis por todo o ciclo da alimentação, da preparação inicial ao colorido dos pratos.

Nesta pesquisa analisa-se a segurança alimentar atrelada com a questão de gênero, ressaltando assim os papéis envolvidos e a sua importância. Pois a fome e desnutrição são as manifestações mais cruéis da situação de insegurança alimentar, e a incapacidade de acesso aos alimentos é a sua principal causa, outros aspectos devem também ser considerados, de maneira que se identifiquem as condições necessárias para que prevaleçam melhores condições alimentares.

Segurança alimentar é a realização do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, os valores e quantidades nutricionais em quantidade suficiente e que respeitem a diversidade de produção material, bem como cultural.

A quantidade é importante, mas não se pode esquecer o enfoque necessário à qualidade dos alimentos e sua sanidade. Ou seja, todos devem ter acesso a alimentos de boa qualidade nutricional e que sejam isentos de componentes químicos que possam prejudicar a saúde humana. Portanto controlar o desbalanceamento nutricional das dietas alimentares, bem como o envenenamento dos alimentos, em nome de uma maior produtividade agrícola é o que se tem mostrado nos quintais dos assentamentos.

As mulheres são as responsáveis pelos afazeres domésticos e dos quintais, bem como por manter a diversidade do lote e o “colorido” dos pratos nas refeições. E os homens ficam responsáveis pelas grandes culturas

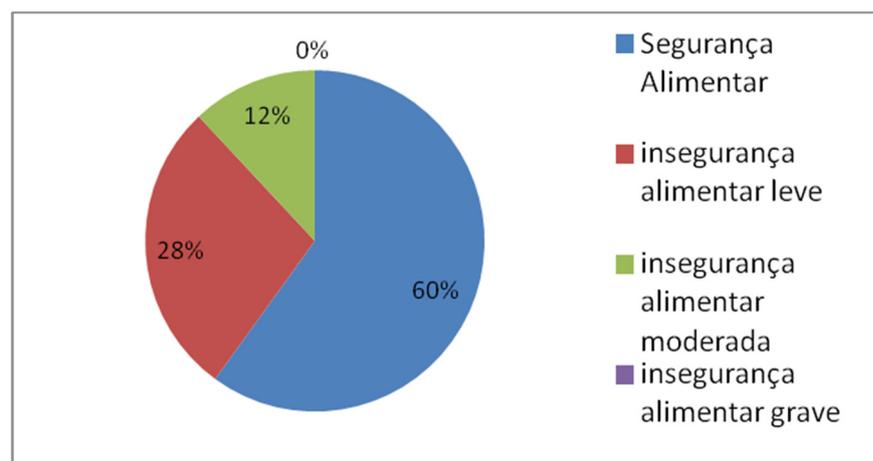


Gráfico 6: Níveis de Insegurança alimentar dos Assentamentos da região de Araraquara

Fonte: Pesquisa do Projeto em Segurança Alimentar, 2010.

O resultado obtido foi bastante satisfatório, pois mostra que mais da metade das famílias assentadas entrevistadas não apresentam níveis de insegurança alimentar, ou seja, não passou ou passa por uma diminuição significativa na quantidade e nem na qualidade alimentar, e também mostra a ausência do resultado de insegurança alimentar grave.

Na pesquisa observa-se que a presença da mulher está mais ligada com as atividades de autoconsumo e com a venda do excedente, ficando na incumbência do homem as fases da grande produção. A diversificação está intimamente ligada com a segurança alimentar, assim podemos associá-la com as atividades femininas. As mulheres assentadas ficam com a responsabilidade em manter o maior número de alimentos na mesa, e não menos importante, fazem com que o excedente seja vendido, gerando, assim, mais renda para a família.

✓ **Reações contrárias às parcerias o que elas nos revelam**

Relacionado à produção e à qualidade e quantidade dos alimentos, constatou-se que os contratos ilegais entre os assentados e usinas de açúcar têm sido motivo de preocupação das mulheres. Em análise a alguns depoimentos, pode-se observar a negação das mulheres em se produzir cana-de-açúcar com o caráter de arrendamento, o que vem afirmar a preocupação delas em produções de culturas e manejos de monoculturas e do alto consumo de agrotóxico. Mas a mulher ainda não tem, em sua grande maioria, poder de decidir o que será cultivado em seu lote.

“No meu lote hoje tem cana, mas não foi eu que plantei não, foi meu finado marido, eu sou doída pra acabar tudo aquilo no meu lote. Porque quando eu estava trabalhando na cozinha (local que antecede a padaria) e ele fez o contrato com a usina sem eu saber e ainda no nome dele.

“Eu sou contra a cana, ela não foi feita para assentado, o assentado tem direto ao lote pra viver de outra agricultura, da agricultura familiar não cana, eu falei pra ele (falecido marido), mas ele achava que era bom”.

Assentada do Monte Alegre – Dona Maria de Lurdes

“Ele (marido) participou da reunião para o plantio da cana, eu disse como que vamos colocar cana se temos que colocar o gado, mas ele assinou a papelada... mesmo porque quando viemos era para o assentamento era para trabalharmos com gado de leite... Ai eu fui e procurei o sindicato, pois eles sempre foram contra o plantio da cana, ai eles disseram que não tinha problema cancelar, que era só não plantar... a cana não faz parte da agricultura familiar”.

Assentada do Monte Alegre – Jiseli

Portanto, em análise em campo, completando o depoimento pode-se observar que são as mulheres detentoras e disseminadoras dos conhecimentos tradicionais, bem como procuram realizar uma agricultura mais “limpa”, ou seja, com menos utilização de insumos químicos e principalmente agrotóxico. Além disso, as mulheres trabalham com a utilização de recursos do seu próprio lote.

“Um pé de capim pra mim vale ouro, o que pra muitos aí é praga, pra mim é ouro. Se eu não tiver ração pra dar para os porcos e eu tiver capim, eu joga lá pra eles (porcos), e eles comem que nem gado. Esses tempos atrás estavam todo mundo correndo atrás de procurar capim, e ninguém tinha capim, os pastos tudo morto. O que eu fazia, eu ia ali em baixo (aponta para o pasto), pode ver que esta quase sem capim, eu ia arrancava umas moitas de braquiária e braquiarão que eu tinha ali, tinha também aquela grama humidícula... eu arrancava aquelas moitas e jogava para os porcos, e eles comiam e ficavam satisfeitos. Depois tinha ali em cima um mato ali todo amarelo, mas estava grandão, eu peguei de uma roçada nele por cima e começou a vir a brotação nova ai eu arrancava aquela soqueira de brotação nova, e jogava para os porcos também. Também dava certo”.

Assentada do Monte Alegre – D. Anézia

✓ Mulheres, criações e meio ambiente

As assentadas participam muitas vezes, de iniciativas mais ecológicas, sem terem consciência desta dimensão, através da diminuição do consumo de insumos externo. São elas responsáveis por cuidar das pequenas criações e das culturas ao redor da casa. As imagens e o gráfico retratam esta situação.



Figura 11: Diversidade de frutas ao redor da casa
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2012.



Figura 12: Abacaxi, banana.
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2012.



Figura 13: Manga, uva.
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2012.

Os conhecimentos tradicionais são passados pelas gerações através das mulheres, muitas vezes, principalmente as receitas caseiras de fitoterápicos. A foto anterior nos mostra o cuidado as assentada de possuir um canteiro de medicinais. Segue algumas receitas:

Cordão de frade

Indicação: conjuntivite e caspa

Modo de preparo (conjuntivite): cozinhar e depois banhar o rosto inteiro

Modo de preparo (caspa): cozinhar por alguns minutos.

Aplicação: aplicar somente na raiz

Jiló maduro

Indicação: diarreia

Modo de preparo: Pega o jiló lava bem, põe pra cozinhar no arroz. Pode dar para qualquer pessoa comer, ate bebezinho.

Cipó São Caetano + erva de Santa Maria + bucha

Indicação: verme

Modo de preparo: são 3 de cada, e todas têm que matar a planta porque se faz com a raiz.

Lava bem, passa no álcool, pica e coloca numa vasilha com 2 litros de água, após isso deixar cozinhar. Ate diminuir uns 500 ml, cõa e é só beber.

“o mato pra mim vale ouro, porque eu saio andando e conheço tudo”

A assentada D. Anésia



Figuras 14: Plantas medicinais.
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2012.

Os cuidados com a família vão além do alimentar, pois são elas as responsáveis pela a ambiência, o ar mais aconchegante, perfumado e porque não mais feminino com lindas flores.



Figura 15: Embelezamento do lote
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2012.

O gráfico abaixo relata a presença igualitária das mulheres na horticultura, mas há que se levar em consideração que as entrevistas realizadas pelo INCRA/UNIARA foram em 65% dos casos feitos com homens, resultado que pode interferir na pesquisa, pois muitas vezes, é menosprezado o trabalho feminino perante ao homem.

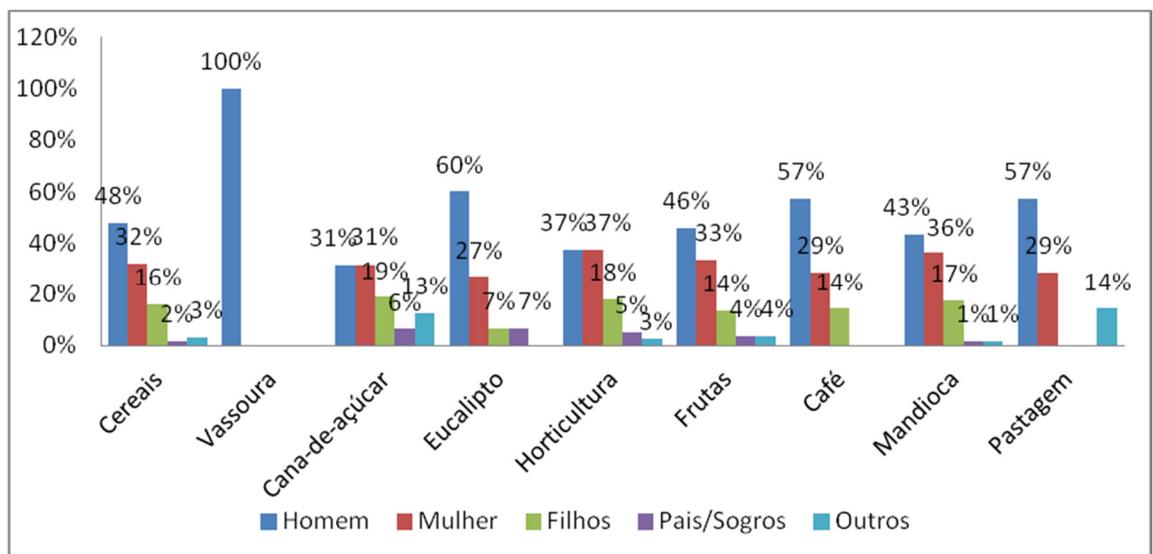


Gráfico8: Responsável pela cultura – Região Central (Araraquara).

Fonte: Pesquisa INCRA/NUPEDOR – 2011.

Os homens por reproduzirem valores baseados na sociedade patriarcal, omitem ou simplesmente não levam em consideração o trabalho da mulher nas cadeias produtivas. Geralmente, a consideração pela principal atividade que gera lucro nos assentamentos é designada ao homem. Juntando os fatores de quem respondeu o questionário e o fato da principal atividade ser de ‘responsabilidade’ do homem, é possível confirmar que parte do trabalho da mulher na cadeia produtiva, por exemplo, na lida com gado leiteiro esteja omitida, ou não totalmente desvendada.

As mulheres assentadas são muito importantes para a constituição familiar, bem como na participação no trabalho no lote. Em análise a alguns dados da pesquisa INCRA/UNIARA pode-se notar a participação ativa das mulheres nas atividades agropecuárias, mas principalmente e tomando como referencia as pequenas criações de animais.

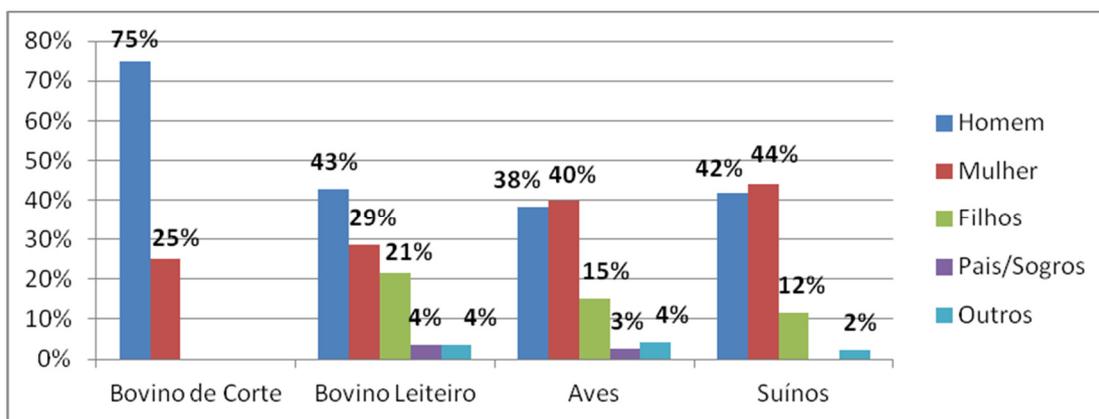


Gráfico 9: Quem cuida da criação, região central (Araraquara)

Fonte: Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.

As pequenas criações que ficam próximas à casa são criadas de forma extensiva, ou seja, solta, ofertando assim aos animais o bem estar. Neste manejo há o reaproveitamento dos alimentos, pois a sobra da alimentação da família se transforma em lavagem para os porcos e alimentos para as galinhas, além de se transformar em adubo para as plantas. Além de aproveitar o resto de alimento, cria-se um circuito de reaproveitamento, a sobra da comida vai para as galinhas, que gerará carne, ovo e esterco para a horta, tudo se aproveita e nada se perde.



Figura 16: Criação de vacas leiteiras
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2012.



Figuras 17: Criação de suínos.
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2012.



Figuras 18: Galinhas caipiras.
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2012.

Além de serem importante na criação animal, são elas as responsáveis pelo processamento do produto, como por exemplo, a fabricação de queijo e requeijão.



Figura 19: Queijo produzido por uma assentada

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2011.



Figura 20: Requeijão de corte produzido por uma assentada

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2011.

Ainda em observação de campo, as assentadas mesmo com tantas tarefas, amam cuidar do embelezamento do lote e mostram nas fotos, satisfação com seu lote. Essas imagens retratam o orgulho pelo seu trabalho e diversificação realizada por suas mãos.



Figura 21: Dona Maria de Lourdes mostrando o laguinho de seus patos
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2011.



Figura 22: Dona Maria de Lourdes em seus afazeres
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2011.



Figura 23: Jisele mostrando o seu produção diversificada de frutas
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2011.



Figura 24: Jisele mostrando o seu produção diversificada de frutas
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2011.



Figura 25: Dona Anésia mostrando sua produção de suínos
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2011.



Figura 26: Dona Anésia mostrando sua produção de suínos
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2011.

Portanto, em síntese, a pesquisa ressalta a perspectiva da diversificação, tem-se que as produções destinadas ao autoconsumo das famílias assentadas aparecem como expressão de sua realização mais evidente, embora não seja a única. A produção do autoconsumo, em maior ou menor intensidade por parte de cada família, sempre leva em conta a diversificação de produtos que compõem uma cesta alimentar diversa, necessária à boa nutrição. Trata-se de uma estratégia (produzir seus próprios alimentos) no qual repercute a intenção das famílias em produzir e se alimentar daquilo que gostam e que lhes dão identidade. Ter uma alimentação baseada em produtos dos quais sabem a procedência e se tem confiança quanto ao não uso de insumos prejudiciais à saúde, traz à tona uma dimensão que pode ser avaliada na busca por se ter maior qualidade de vida no assentamento a partir da alimentação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constatou que as mulheres cuidam da reprodução da família e participam das atividades agrícolas de pequeno porte, geralmente associadas ao abastecimento alimentar. Atividades secundárias a elas são do tipo mão-de-obra reserva para atividades que demandam mais trabalho na roça, como nas colheitas e plantios. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social “convencional”, na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica¹¹.

Esta atribuição de papéis, exigências e expectativas são sociais e não biológicas, por isso podem variar no tempo e no espaço. Então, ainda conforme Brumer (2005), os assentamentos de reforma agrária são locais privilegiados para o estudo de gênero, porque a construção desse espaço social tem por base a mudança de condições sociais. Com as novas exigências da modernidade, cresce a necessidade da mulher rural ter outras ocupações para obter renda, então passam a cortar cana nos locais onde antes faziam agricultura de subsistência e extrativismo, passam a fazer faxina e ter outras ocupações nas cidades, ao invés de cuidar de suas próprias casas, de igual modo, elas passam a beneficiar produtos no interior da propriedade para vendê-los. Se a mulher não trabalha para obter dinheiro, sua reputação é cada vez pior (WOORTMANM, 1993). E a rede do consumo exacerbado também permeia o meio rural, pois onde antes se comprava o pano para fazer a roupa da família hoje se compra em grandes magazines.

Essa situação explica, talvez, o número significativo e crescente de mulheres que trabalham como assalariadas fora do assentamento. O fato de desenvolverem atividades destinadas a complementar a renda agrícola parece compatível com a concepção de que sua função produtiva vai subsidiar, ajudar. Em algumas situações, se assalariam como forma de

¹¹ Para Bourdieu (1989), a violência simbólica é violência econômica. O trabalho rural familiar exercido pelas mulheres não é tão reconhecido porque é reprodutivo, enquanto do homem é produtivo, ou seja, o papel produtivo do homem se sobressai ao reprodutivo da mulher, porque ele gera renda.

umentar a renda e o investimento no lote, em outras, aparece claramente à vontade de se livrar das formas, mais ou menos dissimuladas, da violência de gênero.

Reiterando, temos a questão da invisibilidade do trabalho feminino expressa no trabalho desempenhado pela mulher no interior do lote. Tanto na esfera do domicílio, o cuidado da casa, dos filhos, da horta e a “ajuda” prestada ao marido. O atributo negativo imposto ao trabalho feminino é interpretado por alguns autores (MEDEIROS, MELO e SABBATO, 2008) pelo fato de ser este um trabalho reprodutivo. É um trabalho repetitivo, feito à mesma maneira, todos os dias sem nunca chegar ao produto final da tarefa. Ao contrário do trabalho produtivo realizado pelo homem, cuja etapa final produzirá algum rendimento que garantirá a prosperidade da família.

As decisões sobre produção coletiva, sobre o que plantar, não passaram, como já afirmado em outros trabalhos (FERRANTE, 1994), pelos assentados, muito menos, pelas mulheres. Entretanto, nas decisões de reinvenção do processo de organização do grupo, na divisão das terras e na rejeição ao primado do coletivo, há expressões da rejeição dos modelos propostos para os assentamentos e da afirmação de sua não passividade. Na divisão por grupos, a tentativa de preservar laços de amizade, vivência anterior e proximidade da região de origem – critérios significativamente influenciados pelas experiências das mulheres – pode ser encarada como uma forma de resistência ou expressão do protagonismo, aliada à rejeição do modelo associativismo proposto ou imposto pelo Estado. Excluídas em sua grande maioria da elaboração do projeto produtivo, encontram espaço na manutenção das redes de sociabilidade.

Podemos dizer que as famílias estão se transformando, as mulheres assumem a gestão de suas famílias e passam a incorporar ao papel tradicional que desempenham outras atribuições, como o trabalho fora de casa. A literatura feminista entende esta mudança no papel da mulher como um viés para a autonomia feminina, que desencadeará uma sociedade igualitária entre homens e mulheres.

É importante pensarmos a transformação das relações de dominação no cotidiano. É um trabalho lento e que necessita de mediações. E aqui os mediadores (FERAESP, a Unicampo, as universidades) são importantes nesta transição de apresentar para homens e mulheres formas de vivência que não estejam arraigadas na dominação do homem sobre sua família.

Mudanças vêm ocorrendo e as mulheres parecem mais participativas nas tomadas de decisões. A expressão dessas mudanças é o fato das mulheres estarem participando da gestão do lote. E este interesse pelo lote, deve-se ao fato da titulação do mesmo sair no nome do casal. No entanto, apesar do discurso de que a mulher também toma as decisões, quem toma a iniciativa e acaba por decidir tudo é o homem, e fica a ela apenas a responsabilidade pela assinatura. Pois para qualquer tomada de decisão de caráter financeiro, como Pronaf, por possuírem uma titularidade conjunta, ambos assinam.

Em pesquisa realizada em assentamentos localizados no Pontal do Paranapanema por Mello, Cappellin e Castro (2008) fala-se da preocupação em individualizar a contribuição das mulheres para o desenvolvimento econômico dos lotes, sendo necessário traçar um novo perfil da agricultura familiar. A contribuição da análise de gênero está no sentido de olhar para a família rural não mais como um conjunto homogêneo, mas sim de tornar a participação da mulher notória em todas as esferas, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas.

No caso desta pesquisa, as expressões de protagonismo foram ressaltadas no fato das mulheres assumirem o comando das atividades diversificadas, que geram diversificação. Neste sentido, têm de certa forma, se contraposto aos modelos tradicionais que insistem em naturalizar a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homem e mulher. Através do depoimento a D. Maria de Lourdes, Anésia, Jisele e Maria, constituíram-se a contribuição de estratégias diferenciadas de protagonismo, algumas mais destacadas no aspecto produtivo, outras na capacidade de comando, no assumir a voz política do grupo. Por trás destes estereótipos, aparecem demonstrações da vontade de recomeçar a busca de compartilhar a vida nas suas lidas, a decisão de firmar associações de ocupar espaços masculinos como o fórum do orçamento participativo.

Na pesquisa mais recente realizada no âmbito do contrato INCRA/UNIARA, constatamos que ainda que os homens, geralmente os titulares dos lotes, foram os que atenderam e responderam às questões da pesquisa, em maioria, muitos enfatizaram a importância da mulher no lote. Como salientamos, são vários os casos de mulheres que exercem jornadas duplas ou triplas (ou mais) de trabalho, em casa, no lote e fora do lote, como os assentados que possuem hortas em que as mulheres trabalham, saem para comercializar a produção e cuidam da casa e dos filhos. Outras possuem atuação ativa em associações e nas negociações junto às prefeituras e atravessadores.

Expressões de protagonismo não podem ser analisadas, em si mesmas como demonstrações de mudanças nas formas de denominação nos papéis atribuídos às mulheres. Cabe destacar que em alguns casos as mulheres participam de uma entrevista para uma pesquisa por iniciativa própria, outras vezes os maridos as chamam para responder ou ajudar a responder certas questões, principalmente aquelas que exigiam se lembrar de datas. Outras ainda, quando a conversa com o chefe de família foi na sala de casa, a mulher ficava boa parte da entrevista na cozinha, ouvindo partes da conversa, às vezes completava alguma resposta à distância, enquanto continuava com suas atividades produtivas e reprodutivas. Quer dizer, enquanto o homem parava para atender e responder ao questionário, geralmente a mulher continuava a exercer o trabalho (na casa ou no lote).

Destaca-se ainda que na maioria das ocasiões, na aplicação de questionário foi servido um café, pães e/ ou o que acabara de preparar, pelas mulheres e nunca pelos homens. Eles, além de não servirem o café (pois subentendem que esta função não é sua), solicitam, no meio das conversas, que as esposas parem o que estavam fazendo para preparar o café. A invisibilidade se faz presente até mesmo nos detalhes. Algumas mulheres quando tentam sair desde ciclo, utilizam como estratégia (involuntária muitas vezes) de protagonismo a masculinização para serem aceitas na roda dos homens, expressa na forma de se vestir, na postura e na voz de comando.

O papel da mulher nos dias atuais tem superado, em parte, os que se consolidaram historicamente (qual seja, o de procriar e cuidar da família), acrescentando outros espaços que vêm conquistando, ou seja, podemos, finalmente afirmar que as mulheres, cujo trabalho aparece, via de regra, envoltas em uma rede de invisibilidades, têm na casa, na formação de grupos diversificados de produção, na busca do resgate de história/memória de suas lutas, mostrado que a constituição e a trajetória dos assentamentos têm que levar em conta, necessariamente o protagonismo das assentadas rurais.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. M. C. Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas. Campinas, SP: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2009. 220 p. **Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país da FAPESP.**

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo, et al. Public policies and food security and family farming networks: contributions to the construction of effectiveness indicators. Estudos da sociedade e agricultura, Scielo Social Science, vol.3 (versão online), p. 205-235, 2007. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php/script_sci_serial/pid_1413-0580/lng_en/nrm>.

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo, et al. **Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: um balanço de um experiência municipal recente.** Retratos de Assentamentos, v. 1, p. 157-194, 2008.

ALMEIDA, L. M. M. C. Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas. Campinas, SP: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2009. 220 p. **Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país da FAPESP.**

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 2ª ed.– Porto Alegre; Ed. Universidade/UFRGS- 2000.

BANDEIRA, L. M. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: SWAIN, T. N; MUNIZ, D. C. G. (Orgs.) **Mulheres em Ação**. Práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC, MG, 2005, p.169-193.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. “Os parceiros da cana”. Dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo frente à produção agrícola para o etanol. **32º Encontro Anual da ANPOCS**, 2008, Caxambu/MG. In: Anais..., Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2006.

BRITO, J.C. de, D’ACRI,V. **Referencial de análise para a estudo da relação trabalho, mulher e saúde**, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-11X1991000200006&script=sci_arttext&tlng=ptpt, acessado em novembro de 2011.

BELIK, W. Políticas de seguridad alimentaria para las áreas urbanas. In: BELIK W. (org.) **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición em Amercia Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 283-318.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A.2000. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Rev. Agroecologia e Des. Rur. Sust.**Porto Alegre, nº 1, vol. 1, jan/mar.

CHONCHOL, J. A soberania Alimentar. 2008. Tradução de Gênese Andrade. O original em espanhol – "La soberania alimentaria" – encontra-se à disposição do leitor no IEA-USP para eventual consulta. Publicado originalmente em *Cultura, Sociedad e Historia Contemporánea, Revista del Doctorado en el Estudio de las Sociedades Latinoamericanas*, Santiago do Chile, Universidad Arcis, **Editorial Arcis**, 2002, pp. 269-290.

DUVAL, H.C. **Práticas Agroecológicas em Terras de Assentamentos Rurais**. 2005. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2005.

DUVAL, H.C., FERRANTE, V.L.S.B. A produção do autoconsumo em assentamentos rurais: considerações a partir da atualização dos perfis dos núcleos de Araraquara. **IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais**. UNIARA, 2010. CD ROM.

DOMBEK, L. A. **Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. 106p. Dissertação em Faculdade de Engenharia Agrícola. UNICAMP, Campinas, 2006.

EUCLIDES, M. S. et al. **Gênero e construção do espaço: agricultoras e agroecologia na Zona da Mata mineira**, 2010. Disponível em http://200.134.25.85/eventos/cictg/conteudo_cd/E12_G%C3%AAnero_e_Constru%C3%A7%C3%A3o_do_Espa%C3%A7o.pdf, acessado em 2011.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: SABBATO, MELO, LOMBARDI e FARIA. (Org.) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres**. NEAD: Brasília, 2009.

FERRANTE, V. L. S. B. A proletarização não tem cartas marcadas (A terra no horizonte dos bóias-frias). **Natureza, História e Cultura – Repensando o Social**, Porto Alegre-RS: Editora da Universidade, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.9, NUPEDOR/UNIARA, 2004.

FERRANTE, V.L.S.B; BARONE, L. A. **Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida**.1998. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2063> Acessado em 2012.

FERRANTE,V. L. S. B., DUVAL, H. C. Vozes e ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. In: FERRANTE,V.L.S.B. (Org) **Retratos de Assentamentos**. UNIARA:Araraquara, 2009.

FISCHER, I. R., GEHLEN, V. **Reforma agrária: chão masculino, pão feminino**. Trabalhos para discussão, n. 130/ 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/130.html>, acessado em 2011.

GARCIA, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/04/04_MARIA_FRANCO_GARCIA.pdf Acessado em 2011.

GRISA, C. A produção “pro gasto” um estudo comparativo do autoconsumo no rio Grande do Sul. **Dissertação –Desenvolvimento Rural da faculdade de ciências econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032008000200008. Acessado em 2012.

HEREDIA, B. M. A. DE; CINTRÃO, R. P. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** REVISTA NERA – ANO 9, N. 8 – janeiro/junho de 2006.

HIRATA, H., KERGOAT, D. **Novas Configurações da divisão sexual do trabalho.** Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, st/dez. 2007.

INCRA. **Campo em Transformação: Ações do INCRA-SP voltadas à promoção da cidadania da mulher assentada.** São Paulo: INCRA, 2008.

KUHN, E de O. Apareceu a margarida? História e representações sociais de mulheres camponesas no MS: um estudo sobre gênero e trabalho (1986 a 1994). In **Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos,** 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278256088_ARQUIVO_formularioFazGenero.pdf, acessado em 2011.

MEDEIROS, L. S. de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil/** Adriana L. Lopes, Andrea Butto (Orgs). NEAD Debate, Brasília: MDA, 2008.

MELO, H.P.de; SABBATO, A.Di. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: SABATO, MELO, LOMBARDI, FARIA (Org.) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres**. NEAD: Brasília, 2009.

MOSER, C. Os diferentes enfoques em políticas para mulheres de baixa renda. In:PORTELA, Ana Paula; GOUVEIA, Taciana. **Idéias e Dinâmicas para trabalhar com gênero**. Recife: SOS Corpo, 1999. P. 213-221.

PAULILO, M. I. S. **Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio**. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2021.pdf> Acessado em 2012.

PAULILO, M. I. S. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf> . Acessado em: 2010.

PAULILLO, L. F.; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização: In. PAULILLO, L. F. et. alli. **Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: Edufscar, 2002.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras: presença Feminina na constituição do Sistema Fabril**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

SALVARO, G. I. J. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2003.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação ITESP/ UNIARA, 2003.

SILIPRANDI, E.C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília -UNB. Brasília, 2009.

SILVA, C.; PORTELLA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In: SCOTT,P.; CORDEIRO, R., **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. MDA. Recife: Universitária UFPE, 2006.

SOHIET; Rachel. História das Mulheres. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier,1997.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre: v. 16, n.2, p. 5-22. Jul./dez. 1990.

VALENCIANO, R. C. **A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Discutindo Relações de Classe e Gênero**. Dissertação – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

VIEIRA, F.R. **Valorização econômica de quintais** – o caso dos agricultores associados à COOPERAFI (Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga-GO). Dissertação em Agronegócio. Universidade Federal do Goiás. Goiânia- GO, 2009.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

ANEXO

- **Roteiro para pesquisa projeto INCRA/UNIARA**

Roteiro de Pesquisa junto às famílias

1. EIXO CIDADANIA

1.1 Nome do entrevistado: _____

1.2 Sexo: () Feminino () Masculino

1.3 Endereço: _____

Origem

1.4 Número de pessoas residentes no lote _____ tamanho: _____

1.5 Número de homens _____ Número de mulheres _____

Criança _____ Adolescentes _____ Adulto _____ Idoso _____

Moradia

Nível da escolaridade da família

1. Analfabeto 2. Fundamental incompleto 3. Fundamental completo 4. Ensino médio incompleto 5. Ensino Médio Completo 6. Superior Incompleto 7. Superior Completo.

1.6 Pai _____ Mãe _____ Filho(a) _____ Filho(a) _____ Filho(a) _____ Filho(a) _____

Filho(a) _____ Filho(a) _____

1.7 Obteve algum tipo de crédito para a construção da casa? () Sim () Não

Se sim, diga:

Valor _____ Origem _____

1.8 Foi necessário utilizar recursos próprios? () Sim () Não

Se sim, quanto? _____

1.9 Como se deu a compra do material? () Individual () Coletiva

1.10 A casa

O pesquisador deverá observar **ou perguntar para o assentado** quando a observação não for possível: o material predominante da casa (alvenaria, madeira, misto, lona), a localização do banheiro (dentro/fora da casa ou se não tem), tipo de piso (cerâmica, vermelhão, contrapiso, madeira ou chão batido) se está no lote ou na Agrovila (perguntar o tamanho de cada). Preencher a tabela e colocar observações nas linhas.

1.11 O(A) senhor(a) considera que sua condição de moradia:

(ler as alternativas e pedir o assentado escolha uma)

() Melhorou recentemente (nos últimos anos) no assentamento.

() Era melhor no início (há alguns anos atrás) no assentamento.

() Era melhor antes do assentamento.

() Continua igual (no mesmo nível) a de antes do assentamento.

1.12 Por quê?

1.13 Quem foi responsável pela construção da casa? (Dar exemplos: mutirão, mão de obra contratada, etc...) Como foi construída? (explorar para saber se foi construída da mesma forma das outras casas dos assentamento).

1.14 Há energia elétrica no:

Lote Sim Não

Desde quando:_____

Casa Não Sim

Desde quando:_____

1.15 Quem disponibilizou a rede de energia elétrica?

Programa Luz para Todos

concessionárias (**CPFL, Elektro, Bandeirantes**)

Não sabe outro:_____

Tipo
TV
Ap. de Som ou CD Player
DVD – Player
Vídeo K7
Ventilador
Geladeira
Freezer
Máquina de lavar roupa
Tanquinho
Forno de microondas

1.16 Quais são os bens que você adquiriu no assentamento que julga ser mais importante?

Fogão Gás
Automóvel
Motocicleta

O pesquisador pode usar como referência a tabela ao lado

Acesso Internet e telefonia

1.17 O celular funciona no seu lote? () Não () Sim nº _____

1.18 Possui computador em casa? () Não () Sim

1.19 Você tem acesso a internet? () Não () Sim Email: _____

1.20 Como você acessa? () celular () lan house () em casa com banda larga () em casa discada () escola ()
outra _____

1.21 Quantas vezes por semana acessa? _____

1.22 Já acessou sites relacionados agricultura?

() INCRA () MST () MLST () outro _____

2. EIXO PRODUÇÃO, AUTOCONSUMO E RENDA

2.1 Quantos trabalham fora? _____ Renda média mensal familiar _____

2.2 Quantos são responsáveis pelo trabalho no lote? _____ Renda média mensal do lote _____

2.3 Que trabalhos você teve antes de ser assentado (a)?

2.4 Que Culturas você produz?	Estágio dos Sistemas Produtivos (P) ou (I) *	A -Autoconsumo T - Troca ME - Merenda PAA F - Feira VD - Venda Direta AT - Atravessador O – Outros **	Quem cuida? ** 1. Homem 2. Mulher 3. Filhos 4. Pais/sogros 5. Outro (especificar)	Financiamento Sim ou Não. Se sim, descrever qual

*P- Produção I- Implementação.

** Pode ser mais de uma alternativa.

2.5 Qual é a mais rentável? (Se possível mensurar o valor) E que tipo de comercialização você prefere? Por que?

O pesquisador deverá registrar com é o circuito produtivo regional e como os assentados de maneira geral participam dele (ex. formas de integração com agroindústrias/ tipo de matéria prima fornecida, etc):

2.6 Produção animal

Tipo	Nº. (aprox.)*	Destino*: 1. Venda animal 2. Venda prod. 3. Autoconsumo	Tipo venda** 1. Contrato/empresa 2. Atravessador/local 3. Ocasional - Detalhar a venda	Quem cuida?*** 1. Homem 2. Mulher 3. Filhos 4. Pais/sogros 5. Outro (especificar se há produção conjunta)	Qual a origem dos recursos aplicados?
Bov. Corte					
Bov.					

Leite					
Aves Corte					
Aves Postura					
Suínos					
Capr./ Ovinos					
Bicho Seda (caixa)					
Abelhas					

(caixas)					
Outro					

***Registrar a informação conforme dada pelo assentado.**

**** Pode ser mais de uma alternativa.**

Registrar observações que o pesquisador achar importante:

Agroindústria familiar- caso a resposta da pergunta seja não pular o quadro.

2.7 Há processamento de produtos agrícolas para agregar valor? () Sim () Não

O que produz?	Como produz?	Onde produz?*	Quem faz?*	Forma de comercialização*	Renda média mensal (R\$) *	Possui selo de inspeção * Tipo de selo: SIM SISP SIF N- Não
		P- Padaria C- Casa CC- Cozinha comunitária CI- Cozinha Industrial O- Outro especificar	1. Homem 2. Mulher 3. Filhos 4. Pais/sogros 5. Outro (especificar se há produção conjunta)	A – Autoconsumo T - Troca ME - Merenda PAA F - Feira VD - Venda Direta AT - Atravessador O - Outros		

*** Pode ser mais de uma alternativa.**

2.8 Atividades não-agrícolas (exemplo artesanato, confecção de roupas, etc....)

O que produz?	Forma produção* I-Individual C- Coletivo	Quem faz?* 1. Homem 2. Mulher 3. Filhos 4. Pais/sogros 5.Outro (especificar a produção conjunta)	Renda média mensal (R\$)

* Pode ser mais de uma alternativa.

Observação:-

2.9 Desde que você é assentado sua alimentação melhorou?

() Sim. () Não

Por que?

2.10 O que é comprado fora do assentamento para autoconsumo?

() Higiene pessoal () Produtos de limpeza () Alimentos

() Outros _____
mensal: _____

Custo

Equipamentos

2.11 Trator () Não () Sim

() Próprio () Associação () Alugado () Grupo de trator

2.12 Possui implementos ou outros equipamentos: () Sim () Não

Se sim, quais?

Insumos**2.13 Sementes variedade**

1. Crioula 2. Híbrida

 Própria Ganha Trocada Comprada de assentado Comprada fora Outra: _____ Custo anual: R\$ _____**2.14 Adubos**

1. Orgânico 2. Químico

 Próprio Ganha Troca Compra de assentado Compra fora Outra: _____ Custo anual: R\$ _____**2.15 Fertilizantes**

1. Químico 2. Biofertilizante

 Próprio Ganha Troca Compra de assentado Compra fora Outra: _____ Custo anual: R\$ _____**2.16 Usa agrotóxico** Não Sim quais: _____

Para que? _____

3. EIXO AMBIENTAL

3.1 Quais as principais fontes de abastecimento de água? * **pode ser mais de uma opção por número**

Colocar **1. residência** **2. lote** **3. para produção**

() Poço artesiano () Nascente

() Rios/Córregos/Igarapés () Cacimba/Caipira

() Açude/ barreiro () Caminhão Pipa

() Rede pública () Outra_____

3.2 Você faz **uso da água** que fica às margens das lagoas, rios e córregos existentes no assentamento?

() Sim () Não Como?_____

3.3Quais as principais formas de tratamento da água para consumo humano realizadas?

() Cloração () Fervura

() Filtragem () Dessalinização

() Não há tratamento () Outra_____

3.4 A água é suficiente para a produção? () Não () Sim

3.5 Qual a principal forma de tratamento dos dejetos humanos da casa?

Fossa séptica ***câmara subterrânea, onde são acumulados os esgotos de um ou vários prédios e onde os mesmos são digeridos por bactérias.**

Fossa incompleta/ "Fossa Negra" * **uma escavação sem revestimento interno onde os dejetos caem no terreno, parte se infiltrando e parte sendo decomposta na superfície de fundo.**

Fossa simples ***casinha no qual os dejetos caem diretamente do buraco, quando cheio cobre com terra**

Rede de esgoto

Outra_____

3.6 Qual o destino dos resíduos sólidos?

Tipo de resíduo	Destino do lixo – mais de uma opção (1. Lavagem, 2. Biodigestor, 3. Adubação direta, 4. Enterrar, 5. Queimar, 6. Compostagem, 7. Outra-especificar)
Reciclável	
Restos vegetais	
Resto de alimento	
Esterco e urina animal	
Embalagens de adubos e fertilizantes químicos	

3.7 Há coleta de lixo no assentamento? Como funciona?

Caracterização do lote (ambiental)

As perguntas abaixo deverão ser registradas a partir do código: 1. Assentamento 2. Lote

3.8 O lote/ assentamento dispõe de área de reserva legal? () Não () Sim

Se sim, diga o tamanho da área (ha)*: _____

***Conforme medida respondida pelo assentado**

3.9 Existe mata ciliar (APP) no lote/ assentamento? () Não () Sim

Se sim, diga o tamanho da área (ha)*: _____

***Conforme medida respondida pelo assentado**

Apoio à preservação

3.10 Recebe algum apoio para a preservação de matas ou águas superficiais? () Não () Sim

Se sim, diga qual o projeto ou entidade que o patrocina:

3.11 Quais desses usos você tem conhecimento que são feitos na área de Reserva Legal?

Corte da vegetação para obtenção de lenha;

Cultivo de agricultura de subsistência;

Despejo de lixo ou dejetos humanos;

Construção de moradia, galpões etc.

Outro, Qual? _____

3.12 Você conhece alguém que **uso das áreas de APP** que ficam às margens das lagoas, rios, brejos e córregos existentes no assentamento? Sim Não Para que? _____

3.13 Tipo de manejo da produção (pode registrar + de 1 opção):

Convencional (adubação química, calagem etc.)

Tradicional (adubação com matéria orgânica do lote ex. esterco)

Conservacionista (sem limpeza da superfície do solo)

Agroecológico

3.14 Quais são os problemas ambientais existentes no seu lote/ assentamento?

Usar mais de um e o código : 1. Assentamento 2. Lote

Contaminação do solo por uso de agrotóxicos/destinação inadequada de embalagens

Poluição/contaminação de nascentes/rios/córregos

Assoreamento de rios/córregos/igarapés

Deposição de lixo de forma inadequada (a céu aberto)

Desmatamentos

Queimadas

Outros. (Discriminar)_____

Quais as possíveis soluções?_____

3.15 Quais são as práticas conservacionistas/ações pró-ambientais praticadas no seu lote/assentamento?

Usar mais de um e o código: 1. Assentamento 2. Lote

Adubação Verde Curvas de nível Rotação de culturas Consórcio de Culturas

Recuperação de áreas degradadas/áreas de reserva legal e de preservação permanente

Adubação orgânica Controle Alternativo de pragas e doenças Agrofloresta

Atividades ou projetos de educação ambiental Cordões de vegetação em nível

Outros (Discriminar)_____

3.16 Já recebeu ou conhece alguém que recebeu notificação por utilização inadequada dos recursos naturais, ou outra questão ambiental?

Não Sim, 1 X + de 1 X

4. EIXO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1 Comercialização

Programa de Comercialização	Conhece Sim Não	Participa Sim Não	Teve assistência técnica (especificar)	Rendimento médio mensal	Avaliação 1.Significativo 2.Pouco Significativo 3.Muito significativo
PAA					
Merenda					
Outro					

4.2 Entre a venda do produto e o recebimento, quanto tempo se passou? **Aqui o pesquisador deverá explorar o tempo de execução das políticas destinadas a comercialização, se há uma regularidade no pagamento do produtos, se demora e quanto tempo.**

Observação- Registrar quando possível a continuidades/ descontinuidades destes programas PAA, Merenda, outros. Se houve interrupção na continuidade do programa, se está sendo executado ou não, e explorar quando não por que.

4.3 Assistência Técnica

Quem presta	Periodicidade 1. Semanal 2. Mensal 3. Semestral 4. Nunca
INCRA	
ITESP	
ITESP/INCRA	
Outra	

4.4 Qual a sua avaliação da assistência técnica?

4.5 Em sua opinião que linha de crédito o assentamento necessita para se desenvolver?

4.6 Em sua opinião qual a atividade agrícola e não agrícola necessária para se desenvolver o assentamento?

4.7 Créditos e Financiamentos- assinar as alternativas de acordo com as modalidades acessadas:

Modalidade	Acesso	Teve assistência técnica	Está inadimplente? Sim Não	Renegocio u?	Valor do crédito	Ano / mês de recebimento
PROCERA						
FEAP						
Pronaf A						
Pronaf A/C						
Outros:						
<p>Utilizar instruções abaixo</p> <p>(modalidades Pronaf: eco, floresta, agroecologia, agroindústria, cotas partes, microcrédito)</p> <p>(modalidades antigas: PROCERA (usado até o ano de 1998) ou FEAP (linha muito antiga do governo estadual operacionalizado pelo banco ‘nossa caixa nosso banco’). PRA – Crédito para pagar dívida do PROCERA, fruto da negociação dos movimentos sociais.</p>						

4.8 Qual a sua avaliação dos créditos recebidos?

4.9 Créditos instalação

Modalidade do crédito	Acessou: Sim Não	Valor	Teve assistência técnica, de qual órgão?	Avaliação 1. Significativo 2. Pouco Significativo 3. Muito significativo 4. Nada significativo
Apoio inicial ('1º fomento')*				
Fomento ('2º fomento')**				
Adicional do fomento ('3º fomento')**				
Apoio mulher (para assentamentos criados a partir do ano 2000)				

*Primeiro apoio/crédito do INCRA que pode ser gasto com alimentação e primeiros mudas, sementes e ferramentas.

** Segundo e terceiro apoios/créditos do INCRA que podem ser gastos com cerca, animais, mudas, galinheiro, insumos etc..., Os fomentos NÃO podem ser gastos com agrotóxicos, bebida alcoólica, arma de fogo e munição.

4.10 Conhece ou acessou política específica para Mulher? (Programa de documentação, assistência técnica, programa de organização produtiva, outros).

4.11 Existem programas/ atividades voltadas para idosos ou jovens no assentamento?
Especificar quais.

4.12 Qual o seu projeto para o futuro de seus filhos?

5. INFRAESTRUTURA

Tipo de serviço público COLETIVO instalado no assentamento

5.1 Escola

- Ed. Infantil Até 4ª. Série E.F. Até 9ª. Série E.F.
 Ensino Médio Alfab./EJA Creche

5.1.1 A escola possui projeto pedagógico específico? Qual?

5.2 Possui transporte escolar? Sim Não

Qual a sua avaliação do transporte?

5.3 O assentamento possui?

Posto de Saúde não sim Frequência de médicos: semanal quinzenal

não tem médico

PSF não sim

telefone público (orelhão)

transporte coletivo

outros: _____

5.4 Qualidade das estradas

() Boa sempre () Ruim nas chuvas () Ruim sempre

5.4.1 Quais os fatores que influenciam nas condições das estradas?

5.5 Manutenção: () todo ano () espaço maior de tempo () nunca recebeu

5.6 Quem faz? () Prefeitura () ITESP/Codasp () INCRA () Não sabe

Benefícios Sociais

5.7 Tipo de benefício que alguém da família recebe atualmente (registrar n°. beneficiários)

TIPO	S – Sim	N – Não	Quantidade	Valor Total
Previdência especificar	-			
Bolsa família				
Outros especificar				

5.8 Sociabilidade

Organização	Participa 1.Não 2.Sim	Exerce alguma função na organização?
Cooperativa		
Associação de produtores		
Grupo de jovens		

Grupo de Mulheres		
Sindicato		
Movimentos sociais		
Partido político		
Grupo religioso/ Pastoral		

5.9 Participa de alguma associação ou cooperativa? Qual? (registrar se é formal ou informal).
Para que?

5.10 Estruturas de uso coletivo/sociabilidade existentes no assentamento:

Salão de reuniões/(local específico fechado)

festas usa detalhar _____

barracão comunitário (aberto) usa

cozinha ou padaria comunitária (local específico) usa

escritório ou sede de associação/cooperativa (local específico) usa

campo de futebol usa

quadra poliesportiva usa

capela católica usa

salão/templo evangélico usa

Telecentro

() Outro Qual: _____

5.11 Existe algum morador deste assentamento que já ocupou cargo político? () Não () Sim:

() vereador () diretor de setor da Prefeitura () Outro: _____

5.12 Há turismo rural?

() Não () Sim

Especificar _____

5.13 Você gostaria que seus filhos ficassem ou saíssem do assentamento? Por que?

5.14 O que sugere que exista no assentamento para que os filhos permaneçam aqui?

5.15 Do que depende o futuro do assentamento?

• Rótulo

DELÍCIAS DO CAMPO
SEM CONSERVANTES, FEITOS ARTESANALMENTE POR MULHERES DO CAMPO

Bolo de Fubá

PESO MÉDIO:

DATA DE FABRICAÇÃO:

VALIDADE:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (Porção de 45g - 1 fatia)	
Quantidade por porção	% VD (*)
Valor Calórico.....	147 Kcal 7%
Carboidratos.....	25 g 8%
Proteínas.....	2,9 g 6%
Gorduras Totais.....	3,9 g 8%
Gorduras Saturadas.....	0,6 g 1%
Fibra Alimentar.....	0,8 g 3%
Sódio.....	34 mg 1%

(*) Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2000 Kcal. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Bolo de Fubá
farinha de trigo, açúcar, ovos, óleo de soja, leite, fermento químico, sal, canela e açúcar.

DELÍCIAS DO CAMPO
SEM CONSERVANTES, FEITOS ARTESANALMENTE POR MULHERES DO CAMPO

Pão de Soja com Grãos Picados

PESO MÉDIO:

DATA DE FABRICAÇÃO:

VALIDADE:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (Porção de 35g - 1 fatia)	
Quantidade por porção	% VD (*)
Valor Calórico.....	151 Kcal 8%
Carboidratos.....	22 g 7%
Proteínas.....	4,5 g 9%
Gorduras Totais.....	5 g 9%
Gorduras Saturadas.....	0,7 g 1%
Fibra Alimentar.....	1,7 g 0%
Sódio.....	Zero

(*) Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2000 Kcal. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Pão de Soja com Grãos Picados
farinha de trigo, soja em grãos, açúcar, sal, água, óleo, fermento biológico

DELÍCIAS DO CAMPO
SEM CONSERVANTES, FEITOS ARTESANALMENTE POR MULHERES DO CAMPO

Pão Caseiro

PESO MÉDIO:

DATA DE FABRICAÇÃO:

VALIDADE:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (Porção de 53g - 1 fatia)	
Quantidade por porção	% VD (*)
Valor Calórico.....	150 Kcal 8%
Carboidratos.....	29 g 10%
Proteínas.....	3,4 g 7%
Gorduras Totais.....	2,3 g 4%
Gorduras Saturadas.....	0,3 g 1%
Fibra Alimentar.....	1,2 g 0%
Sódio.....	Zero

(*) Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2000 Kcal. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Pão Caseiro
farinha de trigo, água, sal, óleo, ovos, açúcar, fermento biológico.

DELÍCIAS DO CAMPO
SEM CONSERVANTES, FEITOS ARTESANALMENTE POR MULHERES DO CAMPO

Bolo de Cenoura

PESO MÉDIO:

DATA DE FABRICAÇÃO:

VALIDADE:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (Porção de 39g - 1 fatia)	
Quantidade por porção	% VD (*)
Valor Calórico.....	152 Kcal 8%
Carboidratos.....	29 g 10%
Proteínas.....	2,8 g 6%
Gorduras Totais.....	2,7 g 5%
Gorduras Saturadas.....	Zero
Fibra Alimentar.....	0,9 g 2%
Sódio.....	67,4 mg

(*) Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2000 Kcal. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Bolo de Cenoura
farinha de trigo, cenoura, ovos, leite, margarina, açúcar, fermento químico.

DELÍCIAS DO CAMPO
SEM CONSERVANTES, FEITOS ARTESANALMENTE POR MULHERES DO CAMPO

Fatia Húngara

PESO MÉDIO:

DATA DE FABRICAÇÃO:

VALIDADE:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (Porção de 45g - 1 fatia)	
Quantidade por porção	% VD (*)
Valor Calórico.....	153 Kcal 8%
Carboidratos.....	28 g 9%
Proteínas.....	3,4 g 7%
Gorduras Totais.....	3 g 6%
Gorduras Saturadas.....	Zero
Fibra Alimentar.....	1,2 g 0%
Sódio.....	10,6 mg

(*) Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2000 Kcal. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Fatia Húngara
farinha de trigo, açúcar, leite, ovos, fermento biológico, coco ralado, margarina, sal.

DELÍCIAS DO CAMPO
SEM CONSERVANTES, FEITOS ARTESANALMENTE POR MULHERES DO CAMPO

Bolo de Maracujá

PESO MÉDIO:

DATA DE FABRICAÇÃO:

VALIDADE:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (Porção de 40g - 1 fatia)	
Quantidade por porção	% VD (*)
Valor Calórico.....	150 Kcal 8%
Carboidratos.....	30 g 10%
Proteínas.....	2,4 g 5%
Gorduras Totais.....	2,3 g 4%
Gorduras Saturadas.....	Zero
Fibra Alimentar.....	0,7 g 1%
Sódio.....	68 mg

(*) Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2000 Kcal. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Bolo de Maracujá
farinha de trigo, ovos, suco de maracujá, margarina, açúcar, fermento químico.

DELÍCIAS DO CAMPO
SEM CONSERVANTES, FEITOS ARTESANALMENTE POR MULHERES DO CAMPO

Rosca de Cenoura Doce

PESO MÉDIO:

DATA DE FABRICAÇÃO:

VALIDADE:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (Porção de 39g - 1 fatia)	
Quantidade por porção	% VD (*)
Valor Calórico.....	151 Kcal 8%
Carboidratos.....	29 g 10%
Proteínas.....	3,6 g 7%
Gorduras Totais.....	2,3 g 4%
Gorduras Saturadas.....	Zero
Fibra Alimentar.....	1,3 g 1%
Sódio.....	14,8 mg

(*) Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2000 Kcal. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Rosca de cenoura doce
farinha de trigo, cenoura, leite, ovos, açúcar, margarina, fermento biológico, sal.

DELÍCIAS DO CAMPO
SEM CONSERVANTES, FEITOS ARTESANALMENTE POR MULHERES DO CAMPO

Biscoito de Maizena

PESO MÉDIO:

DATA DE FABRICAÇÃO:

VALIDADE:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (Porção de 35g)	
Quantidade por porção	% VD (*)
Valor Calórico.....	151 Kcal 8%
Carboidratos.....	25 g 8%
Proteínas.....	0,8 g 1%
Gorduras Totais.....	5,3 g 10%
Gorduras Saturadas.....	3,1 g 6%
Fibra Alimentar.....	0,2 g 0%
Sódio.....	111mg

(*) Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2000 Kcal. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Biscoito de Maizena
amido de milho, farinha de trigo, margarina, açúcar, ovos, baunilha, sal, fermento químico.

DELÍCIAS DO CAMPO
SEM CONSERVANTES, FEITOS ARTESANALMENTE POR MULHERES DO CAMPO

Rosca Doce

PESO MÉDIO:

DATA DE FABRICAÇÃO:

VALIDADE:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (Porção de 39g - 1 fatia)	
Quantidade por porção	% VD (*)
Valor Calórico.....	150 Kcal 8%
Carboidratos.....	29 g 10%
Proteínas.....	3,5 g 7%
Gorduras Totais.....	2,3 g 4%
Gorduras Saturadas.....	Zero
Fibra Alimentar.....	1,2 g 0%
Sódio.....	13 mg

(*) Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2000 Kcal. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Rosca doce
farinha de trigo, leite, ovos, açúcar, margarina, fermento biológico, sal.

DELÍCIAS DO CAMPO
SEM CONSERVANTES, FEITOS ARTESANALMENTE POR MULHERES DO CAMPO

Biscoito de Nata

PESO MÉDIO:

DATA DE FABRICAÇÃO:

VALIDADE:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (Porção de 41g)	
Quantidade por porção	% VD (*)
Valor Calórico.....	150 Kcal 8%
Carboidratos.....	29 g 10%
Proteínas.....	2,6 g 5%
Gorduras Totais.....	2,5 g 5%
Gorduras Saturadas.....	5,1 g 10%
Fibra Alimentar.....	0,5 g 0%
Sódio.....	4,8mg

(*) Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2000 Kcal. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Biscoito de Nata
manteiga, farinha de trigo, ovos, açúcar, sal, goidobada, açúcar cristal, fermento químico.